

SÔNIA DOMINGUES SANTOS BRAMBILLA

**ANÁLISE DOS PLANOS DE ENSINO
DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA UFRGS:
ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DE REFERÊNCIAS**

Trabalho apresentado como requisito para aprovação na disciplina BIB03037 – Trabalho de Conclusão de Curso do Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora:

Prof^ª. Dr^ª. Ida Regina Chittó Stumpf

Porto Alegre

2004

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B8152 Brambilla, Sônia Domingues Santos

Análise dos planos de ensino do curso de biblioteconomia da UFRGS : estudo bibliométrico de referências / Sônia Domingues Santos Brambilla ; orientadora Ida Regina Chittó Stumpf. – 2004. – Monografia (Graduação em Biblioteconomia). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

1. Biblioteconomia. 2. Plano de ensino 3. Bibliometria. 4. Análise de referência. I. Stumpf, Ida Regina Chittó. II. Título

CDU 025.12

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
Departamento de Ciências da Informação
Rua Ramiro Barcelos, 2705. CEP: 90035-007
Bairro Santana, Porto Alegre, RS
Fone: (51) 3316.5146
Fax: (51) 3330.6635
E-mail: fabico@ufrgs.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

A Banca Examinadora abaixo assinada aprova o Trabalho de Conclusão de Curso:

Análise dos Planos de Ensino do Curso de Biblioteconomia da UFRGS: estudo bibliométrico de referências.

Elaborado por **Sônia Domingues Santos Brambilla**, como requisito para obtenção de Graduação no Curso de Biblioteconomia.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a Ana Maria Dalla Zen

Bibliotecária Ms. Nádia Aurora Peres Vanti

Prof^a. Dr^a. Ida Regina Chittó Stumpf

Aprovada em 13 de dezembro de 2004.

Dedico este trabalho inteiramente ao meu marido

Fábio Hilário Brambilla, a quem amo e admiro.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Genésio e Vanda, pelo incentivo e exemplo.

Às minhas irmãs, Márcia, Marise, Sílvia e Cláudia, por acreditarem em mim.

Aos primos, melhores amigos, mais que irmãos, Paulo, Helena, Renata e Roberta Kretzmann. Os momentos que passamos juntos são essenciais para nós. Vocês são demais!

À minha orientadora, Prof^a. Ida Stumpf, pelos ensinamentos, dedicação e carinho.

Às coordenadoras do CERLIJ, Milene e Carla, pela amizade e apoio.

À toda equipe da Biblioteca Central da UFRGS, em especial a Maria Cristina Bürger, pela compreensão, sábias palavras e principalmente pela amizade. Sem tua ajuda, tudo teria sido muito mais difícil. Espero poder retribuir um dia!

À Rejane Raffo Klaes, diretora da Biblioteca Central da UFRGS no período 2000-2004, por ter confiado em mim. Conviver contigo foi uma honra!

À Prof^a. Jussara Pereira Santos, pelo exemplo: o Curso de Biblioteconomia deve muito a esta querida Mestre. Obrigada por ter ensinado o caminho das pedras!

Às garotas do Clube da Luluzinha: Zilma, querida amiga, nossa Presidenta e dona da sede; Gládis, a líder espiritual; Fernanda, assessora de eventos (mais um dia!); Cristiane, a Pequena (deixa eu falar!!); Núbia, companheira de formatura (agora não pode piorar!); Conceição (sou tua fã!). Dênira e Giovana (só mais uma chance!) e Jossana. Adoro vocês!!

À Sibila, minha "quase" filha, companheirinha petulante! Acredito no teu sucesso!!

À querida Prof^a. e amiga Ana Maria Dalla Zen. Tu és a águia: nós, teus alunos, nunca voaremos tão alto. Obrigada por tudo!!

Ao Fábio: obrigada!! Te amo.

A todos que, de alguma forma colaboraram para a execução desse trabalho.

À Deus.

EDUCADOR

*Cada um que passa em nossa vida,
Passa sozinho,
Pois cada pessoa é única e nenhuma substitui a outra.
Cada um que passa em nossa vida,
Passa sozinho
Mas não vai só
Nem nos deixa sós;
Leva um pouco de nós mesmos,
Deixa um pouco de si mesmo.
Há os que levam muito,
Mas não há os que não deixam nada.
Essa é a maior responsabilidade de nossas vidas,
É a prova evidente de que duas almas não se encontram por acaso.*

(Autor desconhecido)

RESUMO

Reflete sobre a estrutura e organização dos planos de ensino do currículo do curso de graduação em Biblioteconomia da UFRGS, no período 2004/1. O objetivo principal do estudo foi traçar o perfil das referências utilizadas nos planos de ensino, através da análise da tipologia dos documentos, idiomas mais referenciados, procedência dos autores, tipologia e autores citados, auto-referenciação, temporalidade dos documentos, periódicos referenciados, distribuição das referências por disciplina e por área, disponibilidade e acessibilidade dos documentos. Os procedimentos metodológicos utilizaram a técnica de análise de referências na realização de um estudo bibliométrico. A revisão da literatura lançou um olhar sobre o ensino superior no Brasil, fundamentos educacionais e bibliometria e análise de referências. Os resultados principais revelaram que as áreas apresentam médias de referências muito próximas, demonstrando evolução da produção e do armazenamento para o paradigma da informação. Livro e capítulo de livro perfazem 60% do total de citações, confirmando a preferência por este tipo de documento nas Ciências Sociais e a Biblioteconomia. O formato predominante dos documentos foi o impresso, com 79% das referências. A análise da autoria expôs 60% de autores brasileiros, a UFMG como instituição mais produtiva e a preferência pela autoria pessoal. A temporalidade apontou 70% das referências com data superior a 1990, o que sugere contemporaneidade das citações. O idioma mais citado foi o português e a disponibilidade e acesso apresentaram resultados acima de 80%. Pretendeu-se, ao mapear as referências citadas nos planos de ensino do curso, contribuir para a formação da identidade de um campo em constante transformação, com a preocupação básica de fornecer dados que incentivem novas pesquisas sobre a literatura utilizada no curso de Biblioteconomia.

Palavras-chave: Biblioteconomia. Currículo. Plano de Ensino. Bibliometria. Análise de Referência.

ABSTRACT

Reflects about the educational plans structure and organization, of UFRGS Librarianship curriculum's course, at 2004/1. The main objective was drawing the references profile used in the educational plans, through the analysis of document type, referred language, author' origin, typology and cited author, self-referred author, publication year, journal title, references distribution by discipline and area, documents availability and accessibility. The methodological procedures used the technique of reference analysis in the accomplishment of a bibliometric study. The literature revisal launched a glance on the higher education in Brazil, educational foundations and bibliometric and reference analysis. The main results revealed that the areas presented proximity of references averages, demonstrating evolution from produce and preservation to the information paradigm. Book and chapter of book performed 60% of total citations, confirming the preference at this document type in the Social Sciences and Librarianship. The predominant documents format was printed matter, with 79%. The authorship analysis exposed 60% of Brazilian authors, UFMG as more productive institution and preference for the personal authorship. The publication year pointed 70% with date superior to 1990, which suggests contemporary citations. The more cited language was Portuguese and, about availability and accessibility, presented results above 80%. It was intended, when mapping the cited references of educational plans, to contribute for the identity of a field in constant transformation, with the basic concern of supplying data that motivate new researches on the literature used in the Librarianship course.

Keywords: Librarianship. Curriculum. Educational Plans. Bibliometric Studies. Reference Analysis.

LISTA DE FIGURAS

Quadro 1 - Mapa Conceitual - Área 1	22
Quadro 2 - Mapa Conceitual - Área 2	23
Quadro 3 - Mapa Conceitual - Área 3	24
Quadro 4 - Mapa Conceitual - Área 4	25
Quadro 5 - Currículo Biblioteconomia 2004/1	26
Quadro 6 - Escolas Públicas de Biblioteconomia no Brasil.....	39
Quadro 7 - Escolas Privadas de Biblioteconomia no Brasil	40
Quadro 8 - Comparação entre educação tradicional e <i>Information Literacy</i>	49
Quadro 9 - Disciplinas Obrigatórias do Currículo 2004/1 do Curso de Biblioteconomia da UFRGS, por Área, ministradas pelo DCI	59
Tabela 1 - Distribuição das referências por disciplina e por área.....	63
Gráfico 1 - Média de referências por área	65
Gráfico 2 - Tipo de Documento.....	67
Gráfico 3 - Formato dos Documentos	70
Gráfico 4 - Autores nacionais x Autores estrangeiros	71
Tabela 2 - Autores Nacionais por Instituição	73
Tabela 3 - Número de autores referenciados por países estrangeiros.....	75
Gráfico 5 – Autores por Países Estrangeiros	76
Gráfico 6 - Tipo de Autoria	77
Gráfico 7 - Frequência de Citações por Autor.....	79
Tabela 4 - Data dos Documentos Referenciados.....	81
Gráfico 8 - Idiomas Referenciados	82
Tabela 5 - Periódicos Referenciados	83

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Justificativa: dimensões e potencialidades	14
1.2 Contexto do Curso de Biblioteconomia da UFRGS: cenário local	16
1.3 Problema e Objetivos	30
1.4 Definição e Operacionalização dos Termos.....	31
2 REVISÃO DA LITERATURA	34
2.1 Reflexões sobre Ensino Superior no Brasil	34
2.2 Fundamentos Educacionais do Fazer Pedagógico	41
2.3 Bibliometria e Análise de Referências: um olhar sobre a metodologia	53
3 METODOLOGIA.....	58
3.1 Tipo de estudo	58
3.2 Objeto de Estudo	58
3.3 Fontes de Pesquisa, Procedimentos e Instrumento de Coleta de Dados.....	60
3.4 Tratamento dos Dados	61
3.5 Estudo-Piloto.....	62
3.6 Limitações da Pesquisa	62
4 ANÁLISE DOS DADOS	63
4.1 Distribuição das Referências por Disciplina e por Área.....	63
4.2 Tipo de Documento.....	66
4.3 Formato dos Documentos	70
4.4 Autores Citados	71
4.5 Temporalidade dos documentos.....	81
4.6 Idioma.....	82
4.7 Periódicos Citados	83
4.8 Disponibilidade e Acesso.....	85
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS	91
ANEXO - Diretrizes Curriculares para os Cursos de Biblioteconomia	97
APÊNDICE - Instrumento de Coleta de Dados.....	100

1 INTRODUÇÃO

O movimento de transformação em que a educação está envolvida, pela construção de uma sociedade melhor para o novo século, deve propor o rompimento com padrões ultrapassados e comprometidos. Vive-se um período de evolução sem precedentes na história da humanidade, que tem recebido muitas denominações: Sociedade da Informação, Sociedade do Conhecimento, Sociedade da Comunicação, entre outras. O elemento comum entre as diferentes formas de nomear este cenário atual refere-se ao papel central do conhecimento na organização social e econômica, o que tende a redefinir a centralidade da instituição escolar, onde conseqüentemente novas atribuições passam a ser exigidas ao processo educacional.

Para fazer face aos novos questionamentos, atribuindo outras possibilidades e limites à escola, a reestruturação curricular pode ser implicitamente entendida como necessária para construir um novo modelo, comprometido com a formação de um profissional atuante, participativo e solidário, através de propostas político-pedagógicas que enfatizam o aprender a aprender, o aprendizado ao longo da vida e o aprendizado independente, que oportunizam a construção de conhecimentos significativos, atendendo às necessidades específicas de cada nível e modalidade de ensino. A (re)elaboração do Currículo de um curso, então, deve envolver todos esses paradigmas, que significam muito mais do que conteúdos, processos ou estratégias de ensino.

Por sua vez, a Ciência da Informação, como área recente do conhecimento, está passando por mudanças estruturais, em virtude da revolução tecnológica, da velocidade e quantidade de informação dinamicamente disponível. É uma ciência que tem duas raízes: a biblioteconomia clássica ou, em termos mais gerais, o estudo dos problemas relacionados com o ciclo da informação ligado a todos os aspectos sociais e culturais próprios do mundo humano, e a computação digital, de caráter tecnológico recente. Transita num campo

interdisciplinar, pois estuda as propriedades da informação, os processos de transferência, sua apropriação e seu papel na geração do conhecimento.

O profissional dessa área convive com duas realidades, entre o passado e o futuro, com tarefas e técnicas tradicionais de sua profissão, mas também com o inusitado mundo virtual, das tecnologias e das novas oportunidades do mercado de trabalho. Dentro dessa perspectiva mais abrangente da Ciência da Informação, a Biblioteconomia precisa avaliar os conteúdos que está transmitindo aos profissionais em formação, para verificar se há necessidade de revisão na estrutura e organização dos estudos e para responder, acompanhar as demandas e necessidades crescentes, reduzindo as incertezas. Educadores e educandos precisam dominar, cada vez mais, não apenas os conteúdos de suas disciplinas como também os novos meios de comunicá-las, sob o ponto de vista da competência informacional (*Information Literacy*) e dos processos de construção de conhecimento a partir da busca e uso da informação.

Desta forma, analisar os planos de ensino das disciplinas de um curso como o de Biblioteconomia da UFRGS pode dar visibilidade e embasamento às tão necessárias reformulações curriculares. O avanço do conhecimento leva a dificuldades para incorporar tanta informação. É preciso saber o que é essencial à formação de uma bagagem que habilitará o egresso do curso a trabalhar crítica e tecnicamente com públicos e realidades distintas, de acordo com suas expectativas e também com as necessidades impostas pelo mercado e pela sociedade.

Outro aspecto a destacar é a aplicação de indicadores bibliométricos tanto na metodologia de coleta de dados quanto na análise e avaliação dos resultados. Tais indicadores auxiliam na avaliação das políticas de distribuição de recursos destinados à ciência, em gestão de bibliotecas e centros de documentação ou ainda para estudar hábitos e necessidades informacionais de usuários. A ciência é um bem público e os cientistas divulgam pesquisas considerando as publicações como uma parte importante da sua produção, sendo a

bibliometria uma ferramenta útil para analisar, por métodos quantitativos e estatísticos, dados bibliográficos desta literatura.

Para tanto, este trabalho apresenta a seguir os pressupostos que o justificam, o problema norteador da pesquisa e os objetivos que pretende alcançar. A metodologia teve como base as técnicas utilizadas na realização de um estudo bibliométrico e descreve seus objetos, instrumentos, procedimentos da coleta de dados e o tratamento desenvolvido na análise.

A revisão da literatura lança um olhar sobre o ensino superior no Brasil e sobre os fundamentos educacionais, sob a ótica político-pedagógica que norteia a educação universitária no país. Além desses tópicos, discute a importância da bibliometria e da técnica de análise de referência, utilizada na metodologia, para a área da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Neste estudo, esta técnica é considerada análoga a de análise de citações, como é a tendência da literatura científica sobre o assunto. Consiste em analisar a bibliografia referenciada que aparece nas publicações periódicas, nas monografias, nas atas de congressos ou em qualquer outro documento, e não apenas nas fontes formais de informação que são indexadas pelas bases de dados do *Institute for Scientific Information* (ISI).

O estudo é um prosseguimento das atividades da autora como bolsista de Iniciação Científica (CNPq) do Núcleo de Pesquisa em Informação, Tecnologias e Práticas Sociais do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob a orientação da professora Ida Stumpf. Tais atividades culminaram com a apresentação de um trabalho premiado como “Destaque” no Salão de Iniciação Científica (SIC) da UFRGS, e muito auxiliaram na preparação do presente estudo, principalmente quanto à utilização da bibliometria como método de pesquisa.

1.1 Justificativa: dimensões e potencialidades

O perfil do profissional da informação no Brasil aparece como o do bibliotecário desenvolvendo e assumindo ainda papéis tradicionais, mas com um crescente envolvimento em tecnologias e novos procedimentos sociológicos e administrativos. A atual Sociedade da Informação exige quebra de paradigmas, ampliando a função do profissional, que deve ter um desempenho superior e científico. Segundo Tarapanoff (1997, p.22) “[. . .] na nova sociedade as operações e as atividades requerem do profissional novas qualificações, dinâmicas e em constante evolução [. . .].” Aceitar essas responsabilidades são desafios que devem nortear a educação básica, continuada e o aprimoramento pessoal do bibliotecário, que passa a ser visto não mais como o executor de atividades biblioteconômicas – mas como um profissional diferenciado da Informação. Para buscar essa identidade, deve incorporar, em seu programa de estudos, análises contextuais da Ciência da Informação, para permitir o entendimento da sua nova posição.

Esta ciência é uma área ainda recente no cenário acadêmico brasileiro, que trabalha com conceitos estratégicos e fundamentais para o crescimento do país, pois tem como força motriz a **informação**. Tem caráter interdisciplinar e apresenta interface com a Biblioteconomia, a Informática, a Comunicação, entre outras disciplinas.

Dentro dessa perspectiva da Ciência da Informação, a Biblioteconomia tem discutido seu currículo, para adequá-lo às atuais e futuras concepções pedagógicas, parametrizadas para a competência informacional. De acordo com Dudziak (2002)¹:

A Educação voltada para a competência em informação é aquela que socializa o acesso à informação, ao conhecimento e ao aprendizado. Incentiva a participação ativa da comunidade (ou seja, seu comprometimento) na definição de metas e objetivos educacionais. Busca o aprendizado, enquanto processo, de conteúdos significativos. Enfatiza a integração curricular e a educação baseada em recursos. Adota práticas pedagógicas voltadas para a construção de conhecimento, o aprendizado

¹ Meio eletrônico

independente e o aprendizado ao longo da vida, a partir da elaboração de projetos de pesquisa e a resolução de problemas.

Percebe-se, pois, a necessidade em refletir sobre modificações na estrutura e organização dos planos de ensino do currículo do curso de graduação em Biblioteconomia da UFRGS, principalmente em relação aos conteúdos formadores e à maneira como estão sendo ministrados.

As características do novo Bibliotecário somente serão alcançadas através de um ensino que possibilite a pesquisa e o desenvolvimento de consciência crítica, que não se restrinja a fazer do aluno um mero consumidor de informações. O professor, ao indicar uma referência no plano de ensino, tem em mente a construção continuada do conhecimento, pois embora durante as práticas pedagógicas não utilize todas as obras indicadas no plano, oferece um rico referencial, num documento que pode ser consultado durante todo o processo de formação dos seus educandos.

O currículo de um curso é um documento único e as suas disciplinas devem ser encaradas como partes desse todo, que se interconectam para permitir que se cumpram os objetivos da formação profissional. A adequação e atualização dos planos das disciplinas devem revelar o dinamismo inerente à proposta, o que pode ser verificado, de certa maneira, pela adequação, atualização e relevância das referências indicadas pelos professores, além da inclusão dos itens fundamentais abordados pelo curso (*core collection*), refletindo a literatura clássica da área (ABECIN, 2004)². As decisões metodológicas que privilegiam um aspecto, certo conteúdo em detrimento de outro, precisam ser justificadas, pois o professor, ao indicar uma referência num plano de ensino, deve ter objetivos em mente. Pesquisar sobre as referências utilizadas pelos mestres nos planos de disciplina do curso de Biblioteconomia da UFRGS pode auxiliar na formação da identidade desta área das Ciências Sociais Aplicadas e no conseqüente aumento de visibilidade do campo científico.

² meio eletrônico

Por ser dinâmico, o currículo sofre ajustes e modificações periódicas em virtude da evolução do conhecimento. Assim, para analisar as referências indicadas nos planos de ensino foi preciso imobilizá-lo, efetuando um corte temporal a fim de que se pudesse traçar um perfil do momento. O período selecionado, o primeiro semestre de 2004 (2004/1), apresenta a contextualização no tempo estudado, sem se ater ao antes e ao depois, e esta é a justificativa para sua escolha.

O estudo procura então mapear estas referências. Não pretende ser exaustivo, pois tem como preocupação básica a de fornecer dados que incentivem novas pesquisas sobre a literatura utilizada na formação dos futuros profissionais da informação, através de alguns aspectos de origem, situação e uso dos documentos referenciados. Também pode auxiliar na seleção e aquisição de material bibliográfico pelas bibliotecas universitárias da área.

1.2 Contexto do Curso de Biblioteconomia da UFRGS: cenário local

O curso de Biblioteconomia da UFRGS passou por períodos históricos marcantes, e, conforme registros (UNIVERSIDADE..., 2000; UNIVERSIDADE..., 1999; CURSO..., 2000), inicia sua trajetória em 1947, quando foi implantado como Curso Livre, junto à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de Porto Alegre (UPA), sendo o primeiro a ser criado na região sul do Brasil e o sétimo no país. Foi reconhecido a seguir, através da Lei Federal n.1.254 de 4 de dezembro de 1950 e do Parecer n. 2.085 do Conselho Federal de Educação (CFE).

O currículo da época, composto pelas disciplinas Organização e Administração de Bibliotecas, Catalogação, Classificação, Bibliografia e Referência, e História do Livro e das Bibliotecas, foi baseado na proposta da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSPSP), de influência norte-americana. Era ministrado em um ano letivo e visava dar instrução técnica especializada aos profissionais que desejassem seguir a carreira de

Bibliotecário ou qualificar os que já exerciam a função, formando, em seu primeiro ano de funcionamento, 20 alunos.

Em 1948, o Conselho Técnico Administrativo da Faculdade de Economia e Administração da UPA, em acordo com o Departamento de Serviço Público do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, assinou convênio para que o Curso ficasse sob a responsabilidade do Governo, o que aconteceu durante 1950 a 1953, sendo que neste período o Curso teve a duração de dois anos letivos.

Na década de 50, com a reestruturação do Curso da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que influenciou vários cursos brasileiros, também o da UPA seguiu os novos modelos, passando a ter a seguinte estrutura curricular: no primeiro ano Catalogação, Classificação, Organização e Administração de Bibliotecas, Referência e Bibliografia, e Literatura; e no segundo ano: Catalogação, Classificação, Organização e Administração de Bibliotecas, e Literatura. Com esta formação, o profissional egresso tinha forte caráter técnico, ligado a atividades de tratamento e organização de documentos.

Em 1954 termina o convênio entre a Universidade e o Governo do Estado e, já no ano de 1956, os candidatos passam a prestar exame vestibular. Em 1957 o Curso sofreu nova reestruturação, baseada nos cursos da Biblioteca Nacional e da Universidade da Bahia, dando ênfase à formação especializada em áreas de interesse social, com a inclusão de disciplinas opcionais sobre bibliotecas infantis, escolares, especializadas e universitárias. Com esse currículo, deu-se um passo à frente no sentido de disponibilizar formação cultural mais diversificada ao bibliotecário.

Ainda na década de 50, os profissionais da área iniciaram sua luta para se firmarem como classe profissional de nível superior. Assim, o curso de Biblioteconomia foi transformado em Escola de Biblioteconomia e Documentação em 29 de outubro de 1958, através da Decisão n.93/58, do Conselho Universitário da já então denominada Universidade

do Rio Grande do Sul, em Portaria de n.1.216/58 do Professor Reitor Elyseu Paglioli. Por falta de prédio próprio, o curso permaneceu anexado à Faculdade de Ciências Econômicas.

Pela Portaria n.162, de 7 de outubro de 1958, o Ministério do Trabalho e Previdência Social transformou o bibliotecário em profissional liberal. Isto levou à formação de um novo currículo, assim estruturado (CURSO..., 2000):

- Primeiro ano: Bibliografia e Referência, Catalogação, Classificação, História do Livro e das Bibliotecas, Introdução à Cultura Histórica e Social, Organização e Administração de Bibliotecas;
- Segundo ano: Bibliografia e Referência, Catalogação, Classificação, História do Livro e das Bibliotecas, Introdução à Cultura Literária e Artística, Organização e Administração de Bibliotecas.

Mas somente na década de 60 a profissão passou a ser considerada de nível superior, regulamentada pela Lei n. 4.084/62 e concretizada através do Decreto n. 56.725, de 16 de agosto de 1965. Em dezembro deste mesmo ano foi eleito o primeiro Conselho Federal de Biblioteconomia. (NASTRI, 1992).

Através da Resolução do Conselho Federal de Educação (CFE), de 16 de novembro de 1962, ficou estabelecido o primeiro currículo, os conteúdos mínimos e a duração dos cursos brasileiros para três anos letivos (NASTRI, 1992). A seriação do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul passou a ser a seguinte:

- Primeiro ano: Catalogação I, Classificação I, Bibliografia e Referência I, Organização e Administração de Bibliotecas I, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, Psicologia das Relações Humanas, História do Livro e das Bibliotecas I;
- Segundo ano: Catalogação II, Classificação II, Bibliografia e Referência II, Organização e Administração de Bibliotecas II, História do Livro e das Bibliotecas II, História da Arte, Documentação I;

- Terceiro ano: Catalogação III, Classificação III, Documentação II, Organização e Administração de Bibliotecas III, Evolução do Pensamento Científico e Filosófico, História da Literatura, Paleografia. (CURSO..., 2000).

A Lei n.5.077, de 23 de agosto de 1966, criou a Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e em 16 de março de 1970, após a reforma universitária e a aprovação de novo Estatuto da UFRGS, surge a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO), anexando a ela a Escola de Biblioteconomia. (CURSO..., 2000).

Ainda nessa década, foi criada a Associação Brasileira do Ensino de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD), em São Paulo. Nastri (1992, p. 85) aponta como proposta da ABEBD:

Congregar o corpo docente dos cursos de Biblioteconomia, criando uma comunidade empenhada em buscar soluções de seus problemas, em atualizar os currículos plenos adotados nas várias escolas e em promover permanentemente o aperfeiçoamento dos professores dessa área.

A partir daí muitas discussões e colocações sobre a área foram surgindo, que culminaram com uma proposta de reformulação do currículo mínimo, apresentada por um Grupo de Trabalho designado pela Secretaria do Ensino Superior do MEC e apresentada ao Conselho Federal de Biblioteconomia. É implantada a Resolução n.08/82 do Conselho Federal de Educação, que fixou novos conteúdos programáticos para o ensino de graduação em geral. Em março de 1984, sustentado pelas novas legislações, o Curso de Biblioteconomia da UFRGS passou a utilizar o código 266.00 e iniciou a implantação do currículo pleno, em regime semestral, com a duração de oito etapas letivas. Este currículo, com algumas adaptações, esteve vigente até dezembro de 1999. (CURSO..., 2000).

Em 2000, o curso de Biblioteconomia da UFRGS implementou a proposta curricular de harmonização advinda do II Encontro de Dirigentes dos Cursos Superiores de

Biblioteconomia dos Países do Mercosul, realizado no ano de 1997 em Buenos Aires. (CURSO..., 2000). Neste evento foram discutidas recomendações, posteriormente aprovadas pelo Conselho do Mercosul em 1998, que estão servindo de base atualmente para o credenciamento de cursos aos países do bloco.

O currículo implantado em 2000/1 na UFRGS causou impacto entre os cursos brasileiros e os de outros países, por ser o pioneiro quanto à harmonização curricular no âmbito do Mercosul e compatível com o estado-da-arte da área, fundamentado na interdisciplinaridade do conhecimento, que substituiu a fragmentação do enfoque disciplinar por uma visão complexa, sistêmica e holística (CURSO..., 2000; UNIVERSIDADE..., 2000).

Atendendo a estes pressupostos, tinha como filosofia e preocupação formar um profissional adequado ao mercado de trabalho, dentro de um novo perfil da informação, mais arrojado e sensível às inovações e mudanças, tanto as que se referiam às atividades a serem realizadas, como aos tipos de instituições onde poderia atuar. Foi encaminhado na época ao Conselho do Mercosul e teve seu conteúdo aprovado na íntegra, para servir de parâmetro ao reconhecimento de diplomas dos egressos da área. Paralelamente, foi aprovado pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC) e serviu de base aos estudos para o estabelecimento das Diretrizes Curriculares Brasileiras da Biblioteconomia (Anexo).

Em 2002 e 2003 o currículo sofreu alterações, resultando na proposta de 2004/1, utilizada por este trabalho e apresentada a seguir (Quadro 5). Difere das diretrizes do Mercosul por estar apoiado sobre quatro grandes eixos temáticos, ao invés dos seis citados naquele documento. Entendeu-se que as áreas de Pesquisa e Tecnologia da Informação, constantes no documento do Mercosul, já estavam contempladas, uma vez que permeavam todas as demais. Cada área do conhecimento foi organizada em um mapa conceitual, demonstrando como a disciplina se insere no conjunto, ressaltando suas inter-relações (CURSO..., 2000).

A proposta curricular 2004/1, desta forma, compõe-se de disciplinas de caráter obrigatório e eletivo, e está estruturada em oito etapas semestrais, a serem cursadas em 190 créditos, sendo 170 obrigatórios e 20 eletivos, onde cada crédito corresponde a quinze horas-aula. Após cumprir a carga horária total do curso, de 2.850 horas-aula, o aluno está apto a colar grau e receber o título de Bacharel em Biblioteconomia.

Apresenta-se a seguir as áreas em que este currículo se divide, com os respectivos mapas conceituais, para que fiquem expostas as interrelações entre as disciplinas que as compõem.

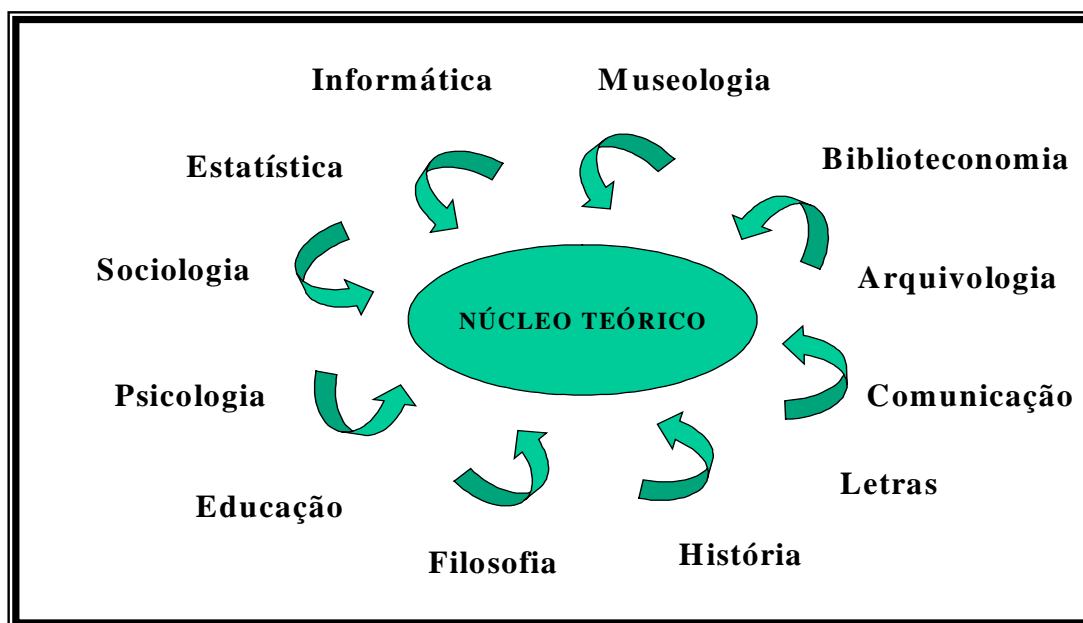
1.2.1 Área 1 - Fundamentos das Ciências da Informação (A1)

Conforme o exposto no currículo 2000 (CURSO..., 2000, p. 16):

O objetivo desta área é oferecer os conteúdos básicos necessários à compreensão dos aspectos teórico-metodológicos que regem as Ciências da Informação, bem como os conhecimentos provenientes das áreas correlatas, necessários ao entendimento dos fenômenos sociais e das técnicas envolvidas no processo de transferência da informação.

Dentro do enfoque interdisciplinar da Ciência da Informação, resgatou-se a seleção, aquisição, processamento, recuperação e disseminação da informação, a partir da história dos primeiros registros do conhecimento. Vieram da Arquivologia e da Museologia as teorias, conceitos e processos similares e/ou complementares à Biblioteconomia. Em ciências correlatas, como a Sociologia, Educação e Psicologia e Filosofia buscou-se os conhecimentos necessários à explicação dos aspectos sociais, culturais, humanos e pedagógicos do processo de produção e uso da informação pelo homem em sua atuação na sociedade. Procurou-se o entendimento do processo comunicacional envolvido na transferência de conhecimento entre produtores e usuários de informação na Comunicação e Letras e, da Informática e da

Estatística os instrumentos e técnicas para produção, tratamento de documentos e de informações, sob a perspectiva das tecnologias necessárias para o gerenciamento dos sistemas informativos:

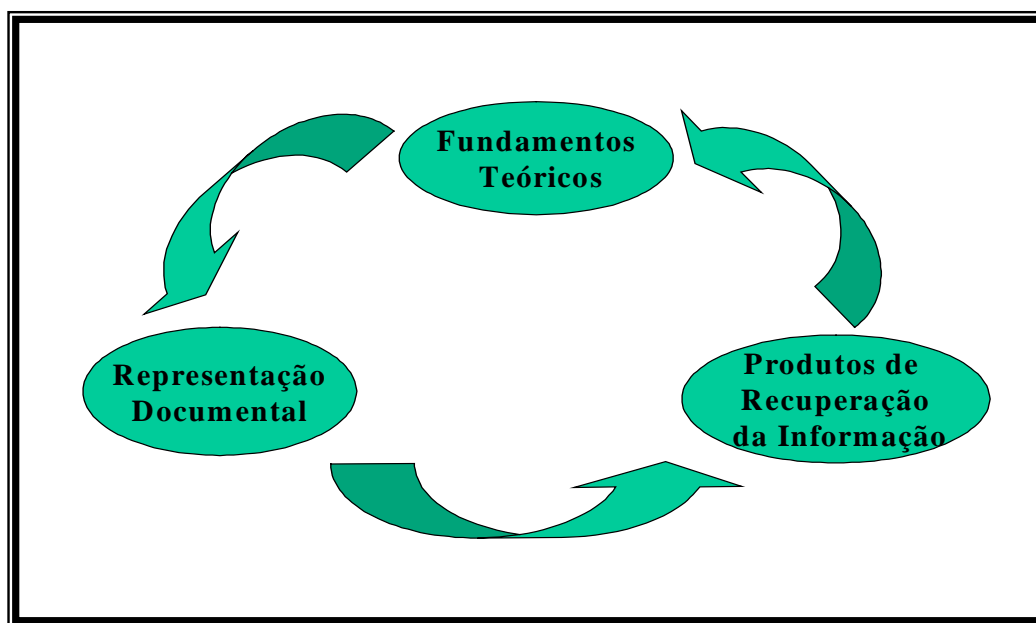


Quadro 1 - Mapa Conceitual - Área 1
 Fonte: Curso..., 2000, p.17

1.2.2 Área 2 - Organização e Tratamento da Informação (A2)

A organização da área objetiva oferecer: “[. . .] uma visão integrada, dentro do princípio da Indexação, que envolve os processos de Representação Temática e Representação Descritiva.” (CURSO..., 2000, p.33). Os conteúdos foram organizados em três grandes categorias: fundamentação teórica, processo de representação documental e produtos de recuperação da informação. Na fundamentação teórica, aprende-se os conhecimentos específicos da própria área e de outras áreas, como Filosofia, Lógica e Administração. Na representação documental, os princípios, métodos, instrumentos, técnicas e teorias específicas da representação descritiva e da representação temática. Na categoria dos produtos de recuperação da informação é tratada a construção dos instrumentos manuais e informatizados

de acesso à informação. Segundo exposto no currículo 2000 (CURSO..., 2000, p.33): “A interação entre estas três categorias permite uma circularidade do processo, proporcionando uma constante construção e reconstrução teórica, técnica e de produto.”



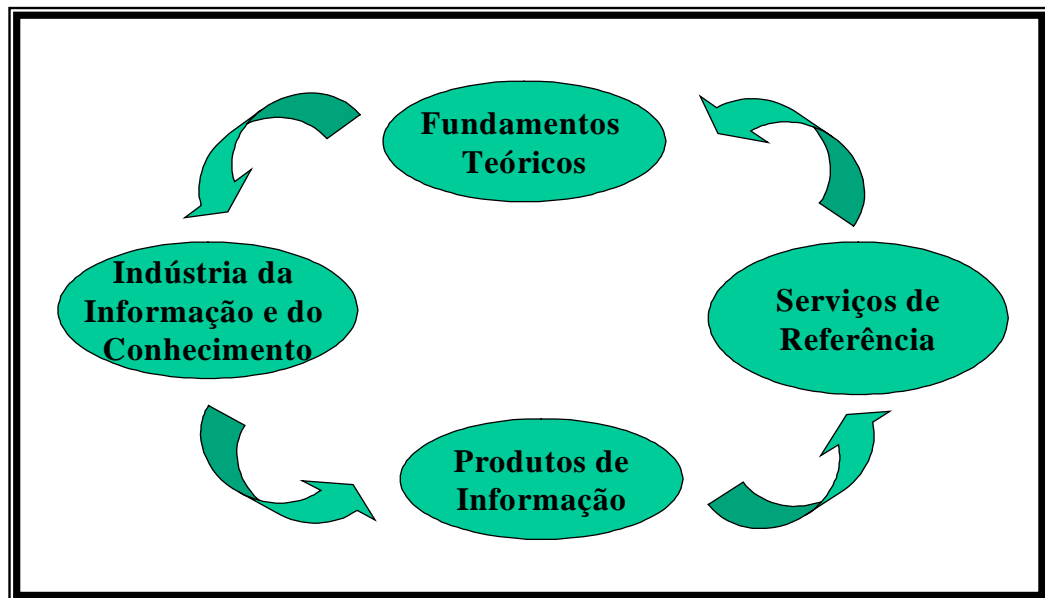
Quadro 2 - Mapa Conceitual - Área 2
Fonte: Curso..., 2000, p.34

1.2.3 Área 3 - Recursos e Serviços de Informação (A3)

O moderno ciclo da informação, que inspirou a concepção do perfil do egresso do Curso de Biblioteconomia da UFRGS (KING, 1981 apud STUMPF, 1994)³, expõe que o bibliotecário participa do processo de transmissão da informação, desde o momento da geração do conhecimento até seu uso final, contribuindo decisivamente para a qualificação do processo. Para tanto, são necessários instrumentos de recuperação de informações, indispensáveis para o atendimento das necessidades informacionais dos usuários.

³ KING, D. W. et al. **Scientific Journal in the United States: their production, use and economics**. Stroudsburg: Hutchinson Ross, 1981. Apud STUMPF, I. R. C., 1994, p.25.

A Área de Recursos e Serviços de Informação preocupa-se, então, em estudar as questões relativas à interação entre usuários e bibliotecários, técnicas de atendimento às suas demandas informacionais e metodologias para a educação dos clientes dos sistemas de informação. (CURSO..., 2000).



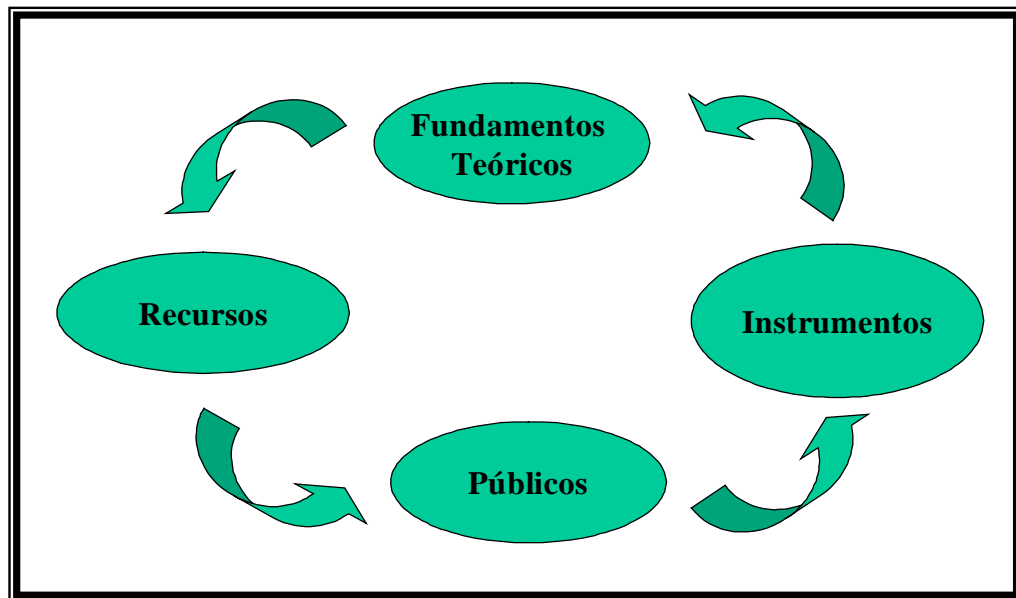
Quadro 3 - Mapa Conceitual - Área 3
 Fonte: Curso..., 2000, p.39

1.2.4 Área 4 - Gestão de Sistemas de Informação (A4)

O profissional da informação precisa utilizar abordagens gerenciais para promover a importância de serviços de informação junto às autoridades que tomam decisões. Vai, com certeza, ser membro participante da equipe gerencial e ser um consultor da instituição a que pertencer, em assuntos ligados à sua área de atuação. Para tanto, precisa ter conhecimentos da área de Administração, através de um currículo que contemple uma ampla base conceitual desta disciplina básica.

Estes conhecimentos específicos, aplicados ao campo da Ciência da Informação, especialmente da Biblioteconomia: “[. . .] contribuem para a formação de um profissional

proativo, capaz de exercer todas as funções gerenciais em busca da eficácia enquanto gestor de organizações públicas ou privadas, bem como profissional autônomo.” (CURSO..., 2000, p.44).



Quadro 4 - Mapa Conceitual - Área 4
Fonte: Curso..., 2000, p.45

1.2.5 Estágio Curricular Obrigatório

Neste item, do Estágio Curricular Obrigatório, são aplicados os conteúdos teórico-práticos das etapas anteriores em um sistema de informação. O estágio é dividido em três módulos: organização e tratamento da informação; gestão de sistemas de informação e; serviços e produtos da informação. É orientado por um professor, a quem também cabe supervisionar as atividades em campo. As unidades de informação, denominadas campos de estágio, são credenciadas de acordo com critérios estabelecidos nas diretrizes do estágio, de modo a assegurar que o aluno possa desempenhar todas as atividades inerentes a uma unidade de informação. O planejamento das atividades é feito pelo aluno e o bibliotecário do campo de estágio, sendo este plano submetido à aprovação do professor supervisor. A avaliação é

realizada ao longo de todo o processo, possibilitando ao aluno superar dificuldades surgidas. (CURSO..., 2000).

1.2.6 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é realizado na sétima e oitava etapas do Curso de Biblioteconomia e permite ao educando, após ter cursado todas as disciplinas, eleger um tema de sua preferência e aprofundá-lo por meio de um trabalho investigativo. Na sétima etapa, é realizado o Projeto de TCC (dois créditos) em conformidade com as práticas da pesquisa científica e, na oitava etapa (oito créditos) ocorre a realização da pesquisa e sua apresentação formal, sob a supervisão do professor-orientador (CURSO..., 2000).

1.2.7 Currículo 2004/1

Apresenta-se no quadro 5, como segue, o currículo do curso de Biblioteconomia da UFRGS, período 2004/1, separado pelas etapas, expondo ainda as áreas em que as disciplinas se enquadram.

Etapa 1	
Código - Área - Disciplina	CH/Crédito Caráter
BIB03005 - A1 - FUNDAMENTOS DA ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	30/2 Obrigatória
BIB03076 - A1 - HISTÓRIA DOS REGISTROS HUMANOS	45/3 Obrigatória
HUM01012 - A1 - INTRODUÇÃO À FILOSOFIA DA CIÊNCIA	60/4 Obrigatória
HUM04002 - A1 - INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA A	60/4 Obrigatória
HUM01168 - A1 - LÓGICA	60/4 Obrigatória
BIB03060 - A 1 - METODOLOGIA DA PESQUISA APLICADA ÀS CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO	60/4 Obrigatória

Etapa 2	
Código - Área - Disciplina	CH/Crédito Caráter/
BIB03010 - A4 - ADMINISTRAÇÃO APLICADA ÀS CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO	60/4 Obrigatória
BIB03016 - A3 - FONTES GERAIS DE INFORMAÇÃO	60/4 Obrigatória
BIB03008 - A2 - INTRODUÇÃO À REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA	60/4 Obrigatória
BIB03077 - A1 - INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO	60/4 Obrigatória
PSI02202 - A1 - PSICOLOGIA DAS RELAÇÕES HUMANAS	60/4 Obrigatória
Etapa 3	
Código - Área - Disciplina	CH/Crédito Caráter
MAT02280 - A1 - ESTATÍSTICA BÁSICA I	60/4 Obrigatória
BIB03078 - A1 - FUNDAMENTOS DAS CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO	45/3 Obrigatória
BIB03011 - A3 - GERAÇÃO DE DOCUMENTOS	90/6 Obrigatória
BIB03017 - A4 - GESTÃO DE RECURSOS EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	60/4 Obrigatória
BIB03015 - A3 - INDÚSTRIA DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO	60/4 Obrigatória
BIB03013 - A2 - LINGUAGEM DE INDEXAÇÃO I	60/4 Obrigatória
BIB03061 - A2 - REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA A	45/3 Obrigatória
Etapa 4	
Código - Área - Disciplina	CH/Crédito Caráter
BIB03021 - A4 - ESTUDO DE COMUNIDADES E USUÁRIOS	60/4 Obrigatória
BIB03022 - A4 - GESTÃO DE RECURSOS INFORMACIONAIS	45/3 Obrigatória
BIB03018 - A2 - LINGUAGEM DE INDEXAÇÃO II	60/4 Obrigatória
BIB03064 - A3 - PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS	60/4 Obrigatória
BIB03062 - A2 - REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA B	60/4 Obrigatória
BIB03072 - A3 - SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E ATENDIMENTO À COMUNIDADE	60/4 Obrigatória
Etapa 5	
Código - Área - Disciplina	CH/Crédito Caráter
HUM03347 - A1 - CULTURA BRASILEIRA	60/4 Obrigatória
BIB03027 - A4 - GESTÃO DE SERVIÇOS INFORMACIONAIS	45/3 Obrigatória
BIB03024 - A2 - LINGUAGENS ALFABÉTICAS DE INDEXAÇÃO	60/4 Obrigatória

(Continuação Etapa 5)	
Código - Área - Disciplina	CH/Crédito Caráter
BIB03030 - A4 - PLANEJAMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	60/4 Obrigatória
BIB03063 - A2 - REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA C	45/3 Obrigatória
Etapa 6	
Código - Área - Disciplina	CH/Crédito Caráter
BIB03033 - A4 - GERÊNCIA E CONSULTORIA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	60/4 Obrigatória
BIB03079 - A3 - INFORMACAO ESPECIALIZADA	60/4 Obrigatória
BIB03031 - A4 - MARKETING EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	60/4 Obrigatória
BIB03023 - A4 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES	60/4 Obrigatória
BIB03028 - A3 - PLANEJAMENTO E ELABORAÇÃO DE BASES DE DADOS	60/4 Obrigatória
BIB03032 - A2 - PRODUTOS DE RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO	60/4 Obrigatória
Etapa 7	
Código - Área - Disciplina	CH/Crédito Caráter
BIB03081 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	300/20 Obrigatória
BIB03080 - INTRODUÇÃO AO TRABALHO DE CONCLUSÃO CURSO	30/2 Obrigatória
Etapa 8	
Código - Área - Disciplina	CH/Crédito Caráter
BIB03037 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	180/12 Obrigatória
Eletivas/Facultativas	
Código - Área - Disciplina	CH/Crédito
BIB03307 - A1 - AÇÃO CULTURAL EM BIBLIOTECAS	45/3
LET02208 - A1 - ALEMÃO INSTRUMENTAL I	60/4
LET02209 - A1 - ALEMÃO INSTRUMENTAL II	60/4
INF01211 - A1 - ALGORITMOS E PROGRAMAÇÃO	60/4
BIB03322 - A1 - BIBLIOTECAS PÚBLICAS	45/3
BIB03313 - A1 - BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E ESPECIALIZADAS	45/3
BIB02256 - A1 - COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA	60/4
BIB03003 - A1 - CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE DOCUMENTOS	60/4
LET02228 - A1 - ESPANHOL INSTRUMENTAL I	60/4
LET02229 - A1 - ESPANHOL INSTRUMENTAL II	60/4
LET02248 - A1 - FRANCÊS INSTRUMENTAL I	60/4
LET02249 - A1 - FRANCÊS INSTRUMENTAL II	60/4
BIB02202 - A1 - FUNDAMENTOS CIENTÍFICOS DA COMUNICAÇÃO	45/3
BIB02294 - A1 - FUNDAMENTOS DE EDITORAÇÃO	30/2
BIB02423 - A1 - HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL	30/2
BIB02289 - A1 - HISTÓRIA EM QUADRINHOS	60/4
BIB03039 - A1 - INCENTIVO À LEITURA	60/4

Continuação Eletivas/Facultativas	CH/Crédito
Código - Área - Disciplina	
BIB03082 - A1 - INFORMAÇÃO E CIDADANIA3	45/3
LET02268 - A1 - INGLÊS INSTRUMENTAL I	60/4
LET02269 - A1 - INGLÊS INSTRUMENTAL II	60/4
DIR02204 - A1 - INSTITUIÇÕES DE DIREITO	60/4
ART02205 - A1 - INTRODUÇÃO À ARTE4	60/4
INF01210 - A1 - INTRODUÇÃO À INFORMÁTICA	60/4
EDU0228 - A1 - INTROD. PRÁTICA DE ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA	60/4
BIB03044 - A1 - INTRODUÇÃO À TERMINOLOGIA	60/4
BIB02257 -A1 - INTRODUÇÃO ÀS TÉCNICAS FOTOGRÁFICAS	60/4
BIO11417 - A1 - INTRODUÇÃO ECOLOGIA	60/4
LET02288 - A1 - ITALIANO INSTRUMENTAL I	60/4
LET02289 - A1 - ITALIANO INSTRUMENTAL II	60/4
BIB02281 - A1 - LABORATÓRIO DE TEXTOS	60/4
LET01408 - A1 - LÍNGUA PORTUGUESA B	60/4
BIB03038 - A1 - LITERATURA E BIBLIOTECONOMIA	60/4
LET03320 - A1 - METODOLOGIA DA LEITURA	60/4
INF01212 - A1 - METODOLOGIA DE PROGRAMAÇÃO	60/4
BIB03134 - A1 - ORGANIZAÇÃO DE BIBLIOTECAS ESCOLARES	45/3
BIB03002 - A1 - PALEOGRAFIA - A	60/4
BIB03040 - A1 - PRÁTICA DE PESQUISA CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO4	60/4
BIB03308 - A1 - PROCESSO DE DINAMIZAÇÃO DE BIBLIOTECAS	45/3
EDU01135 - A1 - PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO A	60/4
EDU01169 - A1 - PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO: VIDA ADULTA	30/2
BIB02261 - A1 - SEMINÁRIO DE CULTURA E COMUNICAÇÃO	30/2
BIB03309 - A1 - SEMINÁRIO DE LEITURA	45/3
HUM05855 - A1 - SEMINÁRIO I DE ANTROPOLOGIA SOCIAL	60/4
BIB03136 - A1 - SISTEMÁTICA DA LEITURA INFANTIL	45/3
BIB03301 - A1 - TÉCNICAS DE ARQUIVO	45/3
BIB02242 - A1 - TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO DIRIGIDA	30/2
BIB02218 - A1 - TEORIA DA COMUNICAÇÃO DE MASSA	60/4
ECO02206 - A1 - TEORIA ECONÔMICA	60/4
BIB03043 - A1 - TÓPICOS ESPECIAISGESTÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	30/2
BIB03041 - A1 - TÓPICOS ESPECIAIS ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO INFORMAÇÃO	30/2
BIB03042 - A1 - TÓPICOS ESPECIAIS RECURSOS SERVIÇOS INFORMAÇÃO	30/2

Quadro 5 - Currículo Biblioteconomia 2004/1

Fonte: (CURRÍCULO..., 2004)⁴

Sendo o currículo um documento dinâmico, está em constantes transformações, a fim de acompanhar a evolução do conhecimento e das práticas didático-pedagógicas necessárias a um ensino de qualidade. Estudá-lo torna-se relevante, uma vez que grandes discussões acerca da função das instituições de ensino estão permeando os meios educacionais e a sociedade.

⁴ meio eletrônico

Além disso, a nova LDB atribuiu às instituições de ensino a responsabilidade de estabelecer seus rumos, buscando conquistar “[. . .] progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa.” (BRASIL, 1997, art.15). Para tal, o Curso vem refletindo sobre seus fundamentos filosóficos e epistemológicos, dentro do contexto da pedagogia do “aprender a aprender”, em busca da construção de um Projeto Político Pedagógico (PPP) de forma colegiada, procurando definir pressupostos norteadores para sua autonomia. Estes, apontam para a necessidade de inovação da prática pedagógica através da pesquisa educativa como estratégia de ensino diferenciada, dando ênfase para o estudo do currículo como um dos elementos que proporciona a concretização das concepções defendidas.

O PPP, cujo teor será detalhado na revisão da literatura deste estudo, constitui-se no documento maior da instituição, congregando em torno de si o currículo, os planos de ensino, as propostas de ações e demais documentos pertinentes à realidade do ambiente educacional. A construção do PPP representa um desafio imprescindível a qualquer instituição escolar que prime pela qualidade e aperfeiçoamento de seu trabalho, tendo como meta maior a formação de cidadãos competentes e responsáveis.

1.3 Problema e Objetivos

Diante deste quadro, o problema da pesquisa pode ser caracterizado pela seguinte questão:

Quais são as características das referências utilizadas nos planos de ensino do currículo do curso de Biblioteconomia da UFRGS?

1.3.1 Objetivo Principal

Traçar as características das referências utilizadas nos planos de ensino do currículo do curso de Biblioteconomia da UFRGS.

1.3.2 Objetivos Específicos

Como objetivos específicos apresenta-se:

- a) verificar os tipos de documentos referenciados;
- b) identificar o idioma mais referenciado;
- c) identificar a procedência dos autores;
- d) verificar os autores mais referenciados;
- e) analisar a auto-referenciação;
- f) analisar a temporalidade dos documentos indicados;
- g) verificar os Periódicos mais citados;
- h) verificar a distribuição das referências por disciplina e por área;
- i) verificar a acessibilidade, na Biblioteca Setorial da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, dos documentos impressos referenciados;
- j) verificar a disponibilidade, em texto completo, nas bases de dados, dos documentos eletrônicos referenciados.

1.4 Definição e Operacionalização dos Termos

Para melhor compreensão dos objetivos elencados, optou-se por apresentar as definições e a operacionalização dos seguintes termos:

- a) referência: para este trabalho, significa o conjunto padronizado de elementos descritivos, retirados dos planos de ensino do currículo do curso em questão, que permite sua identificação individual, de acordo com a NBR 6023 (ABNT, 2002);
- b) auto-referenciação: se os professores fazem referências aos próprios trabalhos nos planos de ensino;
- c) tipo de autoria: são subcategorizados como tipo de autoria:
 - autores pessoais;
 - autores institucionais;
 - autoria simples;
 - autoria múltipla;
 - sem autoria;
- d) procedência dos autores: categorizados por nacionais ou estrangeiros:
 - nacionais: subcategorizados pela instituição a que estão vinculados, em pesquisa aos próprios documentos referenciados para a coleta dos dados. Para os não localizados ou sem a informação desejada, consultou-se, preferencialmente, o Currículo Lattes do CNPq e buscadores da Internet ;
 - estrangeiros: subcategorizados pelo país de procedência, verificado por consulta ao próprio documento ou pesquisa na Internet.
- e) tipo de documento: a própria forma como é apresentada a referência bibliográfica nos planos de ensino, seguindo a NBR 6023 (ABNT, 2002), permite a coleta desses dados. Foram operacionalizados quanto ao suporte: em meio impresso ou eletrônico e quanto ao formato, se:
 - livros,
 - capítulo de livros,
 - artigos de periódicos nacionais e estrangeiros,
 - trabalhos apresentados em eventos nacionais e estrangeiros;

- teses e dissertações;
 - apostilas;
 - outros: todos os formatos referenciados que não aparecem nas categorias acima;
- f) áreas de concentração: são as áreas em que o currículo do curso de Biblioteconomia da UFRGS está dividido, que se constituem em grandes eixos temáticos, a saber:
- Fundamentos da Ciência da Informação,
 - Organização e Tratamento da Informação,
 - Recursos e Serviços de Informação e,
 - Gestão de Sistemas de Informação;
- g) idioma: foi verificado o idioma em que o documento referenciado se apresenta, sendo considerados os seguintes:
- Português,
 - Inglês,
 - Francês,
 - Espanhol,
 - Outros: os não incluídos acima e que foram referenciados;
- h) temporalidade: data de publicação do documento, que para Sanz Casado (1994), permite verificar o grau de contextualização das referências utilizadas. Este item foi subcategorizado de acordo com os dados coletados.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo está exposta a revisão teórica que fundamenta este projeto. Procurou-se tratar as temáticas relacionadas ao trabalho proposto, através da literatura reunida sobre o ensino superior no Brasil, os fundamentos que norteiam o fazer pedagógico, além da bibliometria.

2.1 Reflexões sobre Ensino Superior no Brasil

As profundas transformações que se realizaram em quase todos os campos do conhecimento humano repercutiram intensamente nas universidades. Tais mudanças são consequência da nova ordem política, econômica, social e cultural, que trazem consigo progressos e regressos: poder e riqueza por um lado, enquanto gera, por outro, uma imensa população de excluídos e marginalizados.

O ensino universitário teve que se adequar a esta nova ordem, especialmente quanto aos modos de comunicação, tecnologia e informação. A universidade, que surgiu como um espaço para debate de idéias, de produção de conhecimentos, visando à construção de uma sociedade justa e com qualidade de vida, alavancou, através da ciência produzida em seu interior, o progresso tecnológico, mas pouco contribuiu para reduzir a contrapartida gerada: desigualdades sociais e econômicas. (GAZZOLLA, 2004).

Gazzolla (2004, p.25-26) atribui à universidade dez funções principais, citadas no relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE):

- educação geral pós-secundária;
- investigação;
- fornecimento de mão-de-obra qualificada;
- educação e treinamento altamente especializados;
- fortalecimento da competitividade da economia;
- mecanismo de seleção para empregos de alto nível através da credencialização;

- mobilidade social para os filhos e filhas das famílias operárias;
- prestação de serviços à região e à comunidade local;
- paradigmas de aplicação de políticas nacionais (igualdade de oportunidades para mulheres e minorias raciais); e
- preparação para os papéis de liderança nacional.

Nesse sentido, o maior desafio que a universidade tem que enfrentar, atualmente, diz respeito a repensar sua missão, frente a um planeta globalizado. Em termos de Brasil, precisa refletir qual deve ser seu papel face aos graves problemas enfrentados pela sociedade.

Foi tardia a afirmação da instituição universitária no Brasil. A Universidade do Rio de Janeiro foi a primeira a ser instituída, em 1920. Somente na gestão do Presidente Getúlio Vargas (1930-1945) foi criado o Ministério da Educação e Saúde e deste período pode-se citar o surgimento da Universidade de São Paulo (USP), que representou um marco na história do sistema de educação superior no país, com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A USP tornou-se o maior centro de pesquisa do Brasil, concretizando o ideal de seus fundadores. Dentre os anos de 1945 a 1960 foram implantadas 22 unidades federais de ensino superior, constituindo-se o sistema de universidades públicas federais, com uma unidade em cada capital dos Estados brasileiros. Também surgiram várias instituições privadas, principalmente de cunho religioso. (OLIVE, 2002).

É da década de 50 a federalização da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, que completou 70 anos em 2004. A história da UFRGS, assim como a da educação superior no Rio Grande do Sul, começa com a fundação da Escola de Farmácia e Química, em 1895 e, em seguida, da Escola de Engenharia. Em 1934 foi criada a Universidade de Porto Alegre, que em 1950 passou à esfera administrativa da União, denominando-se Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Desde então a UFRGS ocupa posição de destaque no cenário nacional, como a primeira em publicações e a segunda em produção científica, considerando o número de professores. (UFRGS, 2004)⁵

⁵ meio eletrônico

A partir dos anos 50, as universidades, sobretudo as públicas, qualificam-se para a pesquisa. A pós-graduação é valorizada, com a fundação de inúmeros cursos e programas. Institui-se um sistema de bolsas de estudo, incentivando a formação de professores e pesquisadores no exterior, através da atuação de agências de fomento ao desenvolvimento científico: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), voltada à formação do magistério de nível superior e o Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq), para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, ambos criados em 1951. (PANIZZI, 2003; OLIVE, 2002)

Em 1961 foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n. 4.024. Com o golpe militar de 1964, as universidades passaram a ser objeto de uma ingerência direta do Governo Federal, sendo afastados grande número de professores. Longos anos de penumbra sucederam-se, sendo implantada, em 1968, a Lei de Reforma Universitária (Lei n. 5.540), que criava os departamentos, o sistema de créditos, o vestibular, os cursos de curta duração, dentre outras inovações. (OLIVE, 2002).

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu um mínimo de 18% da receita do país para a manutenção, desenvolvimento e gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais em todos os níveis. Em seu artigo 207, reafirmou a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão em nível superior, bem como a autonomia das universidades.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n. 9.394/96, reforçou e ampliou o que previa a Constituição de 88, introduzindo também o processo regular e sistemático de avaliação dos cursos de graduação, submetendo os alunos graduandos ao “Provão”, e das próprias instituições, ao verificar a situação de suas bibliotecas e laboratórios. Estabeleceu ainda o mínimo de um terço de mestres ou doutores, levando à melhoria da qualificação do corpo docente e à institucionalização da pesquisa. (OLIVE, 2002).

No Brasil, as universidades públicas continuam sendo referência de qualidade para o conjunto do sistema de educação superior. Porém, os investimentos públicos em educação no

país estão diminuindo cada vez mais. Em 1980, 62% dos estudantes de graduação brasileiros estavam matriculados em instituições públicas, enquanto que em 2002 esta participação caiu para 30%. (PANIZZI, 2003). Isto poderia significar expansão do ensino privado, mas, na medida em que as condições econômicas do povo brasileiro decrescem a cada ano, percebe-se que, na realidade, a educação está se tornando inacessível a um número cada vez maior de estudantes. Além de crescer a inadimplência nas instituições particulares, no ano de 2002, de 1,5 milhões de novas matrículas oferecidas pela rede de ensino privada, mais de 500 mil vagas não foram ocupadas. (PANIZZI, 2003).

Considerando estes graves problemas, a universidade, no Brasil, deve atuar como papel básico, na reflexão crítica sobre a sociedade e contribuir para o desenvolvimento econômico e cultural, favorecendo e facilitando a mobilidade social e o acesso à informação e ao conhecimento. Deve também partir das instituições de ensino superior as propostas para suprir demandas, expectativas e possibilidades da população, visando reduzir disparidades.

Para tal, a universidade precisa assumir o compromisso de formar profissionais qualificados, não somente repassando-lhes conhecimentos específicos de uma profissão, mas instaurando em seus estudantes uma atitude investigativa, no sentido de levá-los a pensar por si mesmos e a aprender a aprender.

2.1.1 Cenários da Biblioteconomia

O bibliotecário, no Brasil, é o profissional com graduação superior, formado em Biblioteconomia. Esta denominação significa o estudo de bibliotecas, palavra composta por *biblio* (livro) e *theke* (caixa), concebendo biblioteca como aquela que guarda livros. No entanto, há muito tempo este conceito evoluiu para o manuseio da informação, independente de seu suporte, provocando por decorrência mudanças na área e no mercado de trabalho, em

consequência da evolução do conhecimento científico, da globalização e da incorporação das novas tecnologias.

Face a este contexto, o perfil do profissional da informação - que engloba, sob o ponto de vista mais abrangente da Ciência da Informação, os graduados em cursos superiores cujo objeto de estudo é a informação, como a Biblioteconomia – exige preparo para atuar num mercado globalizado, aberto às inovações tecnológicas.

Tarapanoff (2000) aponta as novas tendências para este profissional, mencionando habilidades que deve possuir para o desempenho desse papel, destacando-se dentre elas, além da preservação e a organização da informação, o que segue:

- a) acessar, conectar-se a redes e planejar a informação;
- b) ser empreendedor, customizar a informação, ser consultor;
- c) trabalhar a informação, agregando-lhe valor;
- d) socializar a informação, preocupando-se com o seu acesso público;
- e) educar para a utilização da informação;
- f) valorizar a informação, oferecendo serviços e produtos
- g) criar, pesquisar e consumir informação.

Portanto, o perfil do bibliotecário, deve estar pautado no paradigma da informação que, segundo Guimarães (1997, p.) “[. . .] pode-se concretizar por meio de visão gerencial, acurado poder de análise, criatividade e constante atualização.”

2.1.2 Panorama da Biblioteconomia no Brasil

A formação bibliotecária em nível universitário no Brasil dá-se pela modalidade de bacharelado, voltado para o exercício profissional. Segundo Valentim e Guimarães (2002), são 32 escolas de Biblioteconomia, distribuídas por 19 Estados, com diferentes estruturas, englobando 25 instituições de ensino público e 7 privadas. No decorrer das últimas décadas,

os cursos sofreram profundas modificações, sendo que algumas escolas tradicionais até mesmo encerraram suas atividades. Por outro lado, existem projetos para a formação de novos cursos, com ênfases diferenciadas em licenciaturas, gestão da informação, etc.

O quadro 6 apresenta a distribuição das instituições públicas no Brasil e o quadro 7 as instituições privadas existentes:

	Instituições Federais		Instituições Estaduais
1	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	1	Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UNIRIO)
2	Universidade Federal do Pará (UFPA)	2	Universidade Estadual de São Paulo (USP)
3	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	3	Universidade Estadual Paulista (UNESP)
4	Universidade Federal do Ceará (UFC)	4	Universidade Estadual de Londrina (UEL)
5	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	5	Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC)
6	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)		
7	Universidade Federal do Pernambuco (UFPE)		
8	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)		
9	Universidade Federal da Bahia (UFBA)		
10	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)		
11	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)		
12	Universidade Federal Fluminense (UFF)		
13	Universidade de Brasília (UnB)		
14	Universidade Federal de Goiás (UFG)		
15	Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)		
16	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)		
17	Universidade Federal do Paraná (UFPR)		
18	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)		
19	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)		
20	Universidade Federal de Rio Grande (FURG)		

Quadro 6 - Escolas Públicas de Biblioteconomia no Brasil
Fonte: Guimarães (2002, p. 31)

	Instituições Privadas
1	Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCampinas)
2	Faculdades Integradas Teresa D'Avilla (FATEA/St. André)
3	Faculdades Integradas Teresa D'Avilla (FATEA/Lorena)
4	Fundação Comunitária Formiguense (FUOM)
5	Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP)
6	Faculdades Tereza Martin (FATEMA)
7	Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações (UNICOR)

Quadro 7 - Escolas Privadas de Biblioteconomia no Brasil

Fonte: Guimarães (2002, p. 31)

Para que os egressos desses cursos estivessem em sintonia com as concepções curriculares européias e americanas, sob a perspectiva da Ciência da Informação e visando principalmente uma harmonização curricular entre os cursos de Biblioteconomia do Mercosul, a Associação Brasileira do Ensino de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD), então sob a Presidência da Prof^ª. Jussara Pereira Santos, do Departamento de Ciências da Informação da UFRGS, realizou, a partir de 1996, diversos eventos com dirigentes de escolas de biblioteconomia de vários países sul-americanos, relativos aos seus respectivos currículos. Em 1998, uma proposta foi aprovada pelo Conselho do Mercosul como parâmetro para a organização das diretrizes curriculares dos países desse bloco.

Paralelamente, no Brasil, a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), aprovada no segundo semestre de 1996 (BRASIL, 1997), desencadeou-se o processo para definição das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Biblioteconomia (Anexo). A proposta do Mercosul foi encaminhada pela ABEBD à Secretaria de Estudos Superiores do Ministério de Educação e Cultura (MEC/SESu) e incorporou-se ao Parecer CNE/CES 492/2001, aprovado em 03/04/2001. Este documento traça o perfil do egresso do curso e apresenta as competências e habilidades gerais e específicas que o graduado deve apresentar. Também dispõe sobre os “[. . .] conteúdos dos cursos, distribuídos em de formação geral, destinados a oferecer referências cardeais externas aos campos de conhecimento próprios da

Biblioteconomia e em conteúdos de formação específica, que são nucleares em relação a cada uma das identidades profissionais em pauta.” (BRASIL, 2001).

2.2 Fundamentos Educacionais do Fazer Pedagógico

Educar é um processo de humanização, pois permite que o indivíduo valorize suas potencialidades. Na importância do fazer pedagógico, no encontro e na troca de saberes é que se aprende. O saber surge como uma construção coletiva, de diálogo e de interação entre sujeitos. Para Azambuja (2004, p.52): “Educar não é domesticar, treinar ou doutrinar, mas reconhecer o outro como dotado de capacidades reflexivas, de auto determinação, de interesses variados [. . .]”. A combinação entre o saber adquirido e a capacidade para produzir conhecimento vão caracterizar a ação educativa e auxiliar na formação de indivíduos mais autônomos, na medida em que permite o questionamento e alimenta o processo reflexivo. Ensinar é, portanto: “[. . .] uma atitude que enriquece quem a pratica e quem a recebe. Abre novas perspectivas, inquietações e desafios. Cuida de interpretar melhor a vivência despertando novos encantamentos [. . .] leva a aprender a aprender.” (AZAMBUJA, 2004, p.54).

Segundo Moura, Azevedo e Mehlecke (2001)⁶

A educação não pode continuar a utilizar o modelo de ensino atual, no qual a responsabilidade do processo se concentra unicamente na figura do professor, que se preocupa muito mais em “passar um conteúdo”, do que estimular o exercício da reflexão. Mas, não é eliminando a presença de um referente que se terá um maior desenvolvimento da aprendizagem, pois este só será alcançado com a prática reflexão – discussão. E para tal prática, o referente torna-se fundamental, pois, a discussão exige a interação entre dois seres racionais. A reflexão, embora muito importante, é uma atividade pessoal, individual, particular e interna ao indivíduo. Se cometermos o erro de estimular a reflexão e distanciá-la da discussão, poderemos estar incentivando o surgimento de uma sociedade cada vez mais individualista, na qual os valores se tornam pessoais e não sociais.

⁶ meio eletrônico

A autonomia no processo de aprendizagem defende a liberdade de reflexão, de crítica e estimula o desenvolvimento de habilidades autodidatas. Trata-se, porém, de uma nova postura diante do ensino, resultante da maneira como os educadores vêem o processo de aprendizagem dos alunos e que requer o conhecimento dos pressupostos básicos que a sustentam.

As teorias sobre a relação entre desenvolvimento e aprendizagem divergem entre si. (DEMO, 2000; DAVIS, GROSBAUM, 2002; HENGEMÜHLE, 2004). Os defensores do *behaviorismo* defendem que não há relação entre desenvolvimento e aprendizagem. Acreditam apenas na aprendizagem, argumentando que, ao aprender, as pessoas também se desenvolvem. Já para o *interacionismo*, o ambiente interno é tão importante quanto o externo. Piaget, biólogo e psicólogo, foi o formulador desta teoria do desenvolvimento da inteligência humana e é considerado por muitos como o mais importante teórico na área. Segundo os piagetianos, para haver aprendizagem é preciso que os alunos tenham conquistado certo nível de desenvolvimento, sem o qual não é possível aprender. Assim, a formação dos seres humanos resultaria da ação do sujeito sobre o ambiente em que vive.

Pode-se citar, ainda, os *sociointeracionistas*, que defendem a interação entre os seres humanos levando à aprendizagem, invertendo a direção indicada pelos piagetianos. Apóiam-se no russo Vygotski (1896-1934), advogado, filósofo, médico e psicólogo. O bom ensino, para este teórico, seria aquele que se antecipa ao desenvolvimento, deixando de ser um processo estanque ao incentivar o aparecimento de novas formas de pensar, sentir e perceber o real. (DAVIS e GROSBAUM, 2002). Esta visão valoriza a ajuda do professor, ressaltando sua importância como motivador do papel investigativo. Antes, ao professor cabia apenas transmitir o conhecimento de forma pronta. Agora, se espera que ele seja o mediador entre os alunos e o conhecimento, orientando e guiando as atividades de ensino, ativamente, construindo e reconstruindo formas de pensar e tomar decisões.

Novos paradigmas, como interdisciplinariedade, pesquisa em sala de aula, conteúdos significativos e contextualizados, habilidades, competências, são temáticas que vêm permeando as teorias pedagógicas nos últimos tempos, indicando um perfil de aluno que precisa aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a fazer e a aprender a conviver. Pensadores como Perrenoud (1999), ao colocar que a educação tem a responsabilidade de preparar pessoas competentes para agir eficazmente no contexto contemporâneo; e Paulo Freire que, no Brasil, entre inúmeras contribuições, tornou-se, há muito, um ponto de referência para a prática da pedagogia da autonomia, são os fios condutores para a educação do século XXI.

Edgar Morin (2001) afirma que o conhecimento não é o espelho do mundo externo e que são necessários sete saberes à educação do futuro:

- a identificação da origem de erros e ilusões, ou seja, os erros mentais, intelectuais, da razão, as cegueiras paradigmáticas;
- o conhecimento pertinente ao contexto;
- a educação do futuro centrada na condição humana;
- a identidade terrena, que pressupõe aprender a estar no planeta;
- o enfrentamento das incertezas, devido a imprevisibilidade do futuro;
- a compreensão, ou seja, a consciência de ser solidário com a vida e a morte;
- a ética do gênero humano, como consciência da cidadania planetária.

Todos esses movimentos e buscas de transformação no contexto educacional estão se tornado um pouco mais visíveis nas salas de aula. A explosão e o intercâmbio da informação, através do acesso à Internet, fazem com que haja a globalização da cultura, tornando todos cidadãos do mundo. É preciso, como cita Perrenoud (1999), ser competente para agir nesse contexto.

Sob o ponto de vista de transformação e contribuição à educação, formar para a competência significa, entre outros parâmetros, formar pessoas que tenham eficácia no

relacionamento social, que sejam cidadãos e profissionais competentes, que saibam argumentar com fundamentação e, principalmente, tenham espírito de pesquisa e busca. Na concepção de Davis e Grosbaum (2002, p. 70): “[. . .] ser competente significa ser eficaz na busca de soluções para os problemas fora da rotina do dia-a-dia, agindo com valores éticos e morais, em um clima de boa convivência”.

Retornando à sala de aula, no entanto, nem sempre a prática segue a teoria. Considera-se que a educação universitária deveria estar baseada na atitude investigativa, no processo de pesquisa e de construção do conhecimento através do questionamento crítico e criativo. A pesquisa, pelo seu caráter científico, oportuniza o aprender a aprender. Como afirma Morin (2000) aqueles que ensinam devem se preocupar em fazer conhecer o que é conhecer.

A pesquisa fundamenta o ensino e evita que este seja simples repasse e ensinar continua sendo a função mais importante da escola e da universidade. O professor que pesquisa tem o que ensinar, e deve ensinar a produzir e não a copiar. Na universidade, professores, extensionistas e pesquisadores devem ser um grupo único, de atividades cotidianas. O professor, engajado nesse contexto, assume sempre a postura de orientador, de formador de formadores, de alguém que, tendo produção própria, motiva o aluno a produzir também. (DEMO, 2000).

Para Demo (2000), educação é emancipação e deve fundamentar a capacidade de produzir e participar, ampliando a visão do aluno que só ouve, toma nota, faz prova, copia e cola. O conceito de pesquisa muda o próprio conceito de informação, de passiva para ativa. Para corroborar estas colocações, pode-se citar novamente Demo (2000, p.135):

[. . .] pesquisa é o próprio oxigênio da universidade, aquilo que a tudo move e justifica e que se faz a toda hora. Pesquisa é atitude diária, não apenas produto encomendado ou eventual. Não pode ser feita sob motivações extrínsecas, como pagamento adicional, ambiente adrede, horário especial. [. . .] nossa universidade é velharia decadente, pelo fato de que grande maioria dos professores não faz o essencial que os define. Não se justifica tempo integral ou dedicação exclusiva só para ensinar. Quem tem atitude de pesquisa está em constante estado de preparação.

Se a universidade adotar a pesquisa como prática educativa, estará implantando também a teoria do *aprender a aprender*, tornando a vida acadêmica tanto educativa como científica.

2.2.1 Projeto Político Pedagógico: desafios e conquistas

Nesse processo de reflexão, para que a Universidade forme cidadãos críticos e participativos deve procurar organizar seu trabalho pedagógico numa perspectiva democrática, através da discussão ativa em relação à construção do seu Projeto Político Pedagógico (PPP).

Constitui-se o PPP, além de uma exigência da Lei nº. 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1997), no documento maior de cada instituição de ensino, congregando, em torno de si, os planos, as propostas de ação e demais documentos pertinentes a cada realidade escolar. Pode ser concebido, conforme Schneider (2001, p.11):

[. . .] como a própria escola em movimento, que constrói, no dia-a-dia, seu trabalho educativo, discute de forma participativa os seus problemas, suas possibilidades de solução e define as responsabilidades pessoais e coletivas a serem assumidas para a realização dos seus objetivos. Implica numa dinâmica de reflexão-comunicação-ação-avaliação que possibilita constante revisão dos processos.

Construir um projeto pedagógico significa, portanto, enfrentar o desafio da mudança e da transformação, tanto na forma como a escola organiza seu processo de trabalho pedagógico, como na gestão, o que implica repensar a estrutura de poder da escola. É um momento importante do rompimento com modelos autoritários da educação e uma busca à participação.

Destaca-se o planejamento participativo como uma das formas de planejar, interativa e integradora. É a base e o fundamento do Projeto Político Pedagógico. Apresenta-se como a

idéia de um planejamento abrangente, envolvendo a participação coletiva da escola e da comunidade. (SANTOS, 2004).

Demo (2000, p.245) auxilia nessa interpretação, quando enfatiza: “Um projeto Pedagógico, precisa primeiro saber fundamentar o que se entende por processo educativo e por papel da escola, frente aos direitos dos alunos e suas famílias e da sociedade como um todo”. Deve, portanto, atender às exigências dos dias atuais, isto é, trabalhar as atividades da escola num projeto abrangente e participativo, que estimule e faça acontecer a prática pedagógica de forma integrada e interdisciplinar.

Este Projeto, conforme Gandin (1994), flui como a possibilidade de uma construção coletiva, que discuta o ensinar e o aprender num processo de formação continuada. Pode e deve se constituir numa busca de valores, num desafio à cidadania. Vai se desvelando e revelando a sua dimensão “política”, o que, por sua vez, poderá implicar na transformação social e no crescimento das relações entre conhecimento e estrutura de poder. (SANTOS, 2004).

A importância do PPP, enquanto **Projeto**, substituindo Planejamento Escolar ou Plano Geral é assim explicada por Vale: “Como a existência humana, o projeto jamais toma forma definitiva, acabada, porque todo projeto, como a existência, não escapa à historicidade, à contingência de um mundo em constante transformação”. (apud BICUDO, 1999, p.71)⁷ Desta forma, é um Projeto, porque apesar de concluído não está acabado e dá sempre abertura para ser refeito.

Ao pesquisar sobre a expressão **Político** incluída pelo legislador no PPP, observa-se, na interpretação de Ferreira (2000, p.171-172):

O ideal democrático supõe cidadãos atentos à evolução da coisa pública, informados dos acontecimentos políticos, dos principais problemas, capazes de escolher entre as diversas alternativas apresentadas pelas forças políticas e fortemente interessados em formas diretas ou indiretas de participação [...] A participação política que constitui o conhecimento/emancipação abrange, de

⁷ VALE, José Misael Ferreira do. Apud BICUDO, M. A. V. **Formação do Educador e Avaliação Educacional**. São Paulo: UNESP, 1999, p. 71.

modos diferentes, todos os espaços de prática social, e o seu princípio é o da democracia sem fim.

O político deve ser entendido como dimensão transformadora e de crescimento social, visando o desafio à cidadania. As pessoas envolvidas nesse processo, coordenando, ensinando, aprendendo, pesquisando, são cidadãos políticos. Gadotti (1998, p.22) define também o seu significado ao afirmar: “A cidadania plena é uma cidadania política, portanto, de participação, é um momento da cidadania social, portanto, a que nos dá direitos e deveres para com o emprego, para com a saúde, com a educação”.

Sobre o **Pedagógico**, ou seja, o ensinar e o aprender na prática escolar, os autores Gandin e Gandin (1999) afirmam que ele se dá quando a instituição firma o ideal de sua prática para dar significado ao esforço que vai desencadear no plano pedagógico, isto é, no fazer educação. É pedagógico, porque o objetivo da escola é lidar com as questões de ensino e de aprendizagem, meta primordial da sua criação e funcionamento. Não é uma coisa a ser pensada por um especialista ou por um núcleo, um centro. O projeto é pensado por aqueles que o fazem, os diretores das escolas, professores, alunos e pais, quer dizer, há um envolvimento da sociedade como um todo.

É fundamental, dessa maneira, fazer com que os termos: “[. . .] Projeto, Político e Pedagógico sejam trabalhados de forma integrada e articulada, reunidos num só objetivo, o de construir uma instituição que ofereça uma educação de excelência e que seja ao mesmo tempo de convívio agradável.” (SANTOS, 2004, p. 32)

O PPP do curso de Biblioteconomia da UFRGS está sempre na pauta de discussão dos membros da Comissão de Graduação (COMGRAD). Desde 2000, quando foi implementado o currículo de harmonização curricular, seguindo as propostas do documento do Mercosul, reflete-se sobre as bases teóricas em que este plano se baseia. Percebe-se que há uma tendência em seguir os pressupostos de Perrenoud, principalmente no que diz respeito à formação para competências. Em função dessa abordagem pedagógica, pode-se também

colocar a implantação da *Information Literacy Education* no ambiente acadêmico como meta da instituição, cuja definição entende-se como "[. . .] o processo de interiorização de valores, conhecimentos e habilidades ligadas ao universo informacional e à competência em informação." (DUDZIAK, 2002)⁸.

No entanto, para que o curso de Biblioteconomia da UFRGS atinja este estágio no campo pedagógico, precisa rever alguns conceitos e adotar posturas mais abertas, que enfatizem o aprender a aprender, o aprendizado ao longo da vida, o aprendizado independente. A *Information Literacy Education*, dentro desse paradigma, é um processo que se inicia com a percepção da necessidade de socialização do acesso físico e intelectual à informação. Salienta a integração curricular e a educação baseada em recursos. Adota práticas voltadas para a construção de conhecimento, a partir da elaboração de projetos de pesquisa e da resolução de problemas. É uma prática educacional que exige transformações tanto de quem ensina quanto de quem aprende, como apresenta o quadro abaixo:

⁸ Meio eletrônico

Educação tradicional	Educação voltada para a Comp. Inf. (IL)
Ênfase nos conteúdos de aprendizado, aquisição de um conjunto de “informações certas” uma vez e para sempre.	Ênfase no aprender a aprender, como formular questões, estar aberto a novos conceitos, como acessar a informação; saber como o “conhecer” pode se alterar.
O aprendizado é um produto, uma meta a ser atingida.	O aprendizado é um processo; os aprendizes tomam decisões a respeito do aprendizado e são encorajados a serem autônomos e independentes.
Estrutura autoritária de aprendizado onde a conformidade é recompensada e a diferença é desencorajada.	As abordagens de aprendizado são flexíveis e se coadunam com as características e comportamentos dos grupos de aprendizado.
O aprendizado repousa sobre estruturas teóricas de conhecimento.	O aprendizado teórico é complementado pela experimentação, dentro e fora da sala de aula.
O docente é a autoridade; relacionamento unilateral com o aprendiz.	O docente é um facilitador; relacionamento baseado na troca de informações.
A informação é vista como um objetivo em si, blocos de informações com significados constantes.	A informação cria significado e compreensão, habilita os aprendizes a encontrar o sentido das situações; os significados variam de pessoa para pessoa.
Ênfase na transferência de informação, comportamento passivo do usuário.	O usuário da informação está ativamente envolvido com a produção e transferência da informação e busca satisfazer suas necessidades informacionais.
O individualismo é caótico; um mesmo nível de serviço é válido para todos. Ênfase na neutralidade da informação.	O aprendizado, bem como o comportamento de busca e uso da informação variam de pessoa a pessoa; o contexto influencia o comportamento. Acesso físico e intelectual à informação apropriada às necessidades, habilidades e interesses dos aprendizes.
As bibliotecas são vistas como repositórios de livros; conveniências de armazenamento se sobrepõem às conveniências dos usuários.	As bibliotecas são vistas como sistemas aprendentes, centros de pesquisa e aprendizado, ambientes multiculturais.
Abordagem passiva no desenvolvimento de serviços de informação voltados para os usuários; baixo <i>feedback</i> .	Abordagem cooperativa entre todos os setores da infra-estrutura educacional e informacional para o desenvolvimento de serviços e produtos que levem ao aprendizado; o diálogo é essencial.

Quadro 8 - Comparação entre educação tradicional e Competência Informacional (*Information Literacy – IL*) Fonte: Dudziak, 2002

É neste contexto educacional que a *Information Literacy* se desenvolve. As instituições, ao adotarem este modelo, estarão colaborando na formação de cidadãos críticos e participativos, inseridos numa sociedade mais informada e portanto mais democrática.

2.2.2 Currículo: conceitos e implicações

Define-se o currículo como o “[. . .] projeto seletivo de cultura, cultural, social, política e administrativamente condicionado, que recheia a atividade escolar, e que se faz realidade dentro das condições da escola tal como ela se encontra configurada.” (SANTOS, 2004, p. 24).

O Planejamento Curricular, como mais uma nomenclatura utilizada durante certo período da história da educação brasileira, caracterizava-se como uma subdivisão do planejamento escolar e, segundo Menegolla e Sant’Anna (2002): “[. . .] a partir do plano curricular é planejada de maneira sistemática e global toda ação escolar.” (p. 48). Era, em tese, também um planejamento de ensino envolvendo todos os professores, para decisões coletivas sobre currículo, programas e ensino. Uma visão de currículo que, na prática, deveria assumir uma abertura crítico-criativa muito além da previsão de uma grade com um elenco de disciplinas, mas se constituindo na integração, interação e interdisciplinaridade, alicerces da prática pedagógica o que, de fato, pouco acontecia.

Atualmente, pelas normas das legislações, o planejamento curricular consta inserido também no Projeto Político Pedagógico da escola, com as suas justificativas e opções de composição da matriz curricular e da ementa das disciplinas.

Segundo Coll (1992, p.14), são conteúdos a serem contemplados no delineamento do currículo escolar:

Em primeiro lugar, os conteúdos curriculares são uma seleção de formas ou saberes culturais em um sentido muito próximo ao que essa expressão adquire na antropologia cultural: conceitos, explicações, raciocínios, habilidades, linguagens, valores, crenças, sentimentos, atitudes, interesses, pautas de comportamento etc.

Em segundo lugar, são uma seleção de formas e saberes culturais cuja assimilação é considerada essencial para que se produza um desenvolvimento e uma socialização adequados dos alunos e alunas no marco da sociedade a que pertencem... E, em terceiro lugar, aplica-se ainda um critério de seleção complementar, na medida em que somente os saberes

e formas culturais cuja correta e plena assimilação requer uma ajuda específica deveriam ser incluídos como conteúdos de ensino e aprendizagem nas propostas curriculares.

Desta forma, o currículo é algo abrangente, dinâmico, vivo. Envolve todas as circunstâncias da vida escolar e social do aluno. É o interagir de tudo e de todos que interferem no processo educacional e não deve se limitar à estruturação das matérias de ensino, indo além, aproveitando todas as experiências, as atividades, enfim, tudo que promover e ativar o processo educativo.

Apoiado em Menegolla e Sant'Anna (1991), diz-se que o currículo deve representar uma seqüência de conhecimentos que formam habilidades para a vida presente e princípios e diretrizes para a vida futura, ao evidenciar a interdisciplinariedade, integração e correlação de tudo o que foi ensinado na escola com sua aplicação na prática.

2.2.3 Planos de Ensino

Os Planos de Ensino e de Aula são propostas do professor para execução das suas atividades de ensino, discutidos nas escolas nas reuniões anuais, atendendo aos princípios legais e a autonomia da instituição. Situam-se num nível bem mais específico e concreto em relação aos demais planos educacionais, embora possam estar integrados ao planejamento escolar, uma vez que este é revisado e atualizado a cada período letivo.

De acordo com os autores Menegolla e Sant'Anna (2002, p.68), destacam-se outras informações sobre esses planos: “[. . .] são os meios para dinamizar a educação e o ensino. Numa realidade escolar bem concreta, através do processo de ensino [...] compreendem os planos de disciplinas, de unidades, de aulas e de outras atividades ou experiências de ensino.”

Este entendimento, no entanto, não é suficientemente repassado aos docentes, que atuam com planejamentos repetitivos, ano após ano, embora recebendo novos alunos a cada

período letivo. Exige-se execução total dos programas de ensino, além de uma avaliação da turma como um todo, sem respeitar o nível de aprendizagem de cada aluno. Uma rigidez e autoritarismo curricular que demonstram engessamento e mecanicismo na educação.

Varela (1992, p.112) destaca sobre esta questão: “[...] o colégio converte-se num lugar no qual se ensina e se aprende um amontoado de banalidades desconectadas da prática, do mesmo modo que, mais tarde, a escola e o trabalho escolar precedem e substituem o trabalho produtivo.”

O plano de ensino pode ser somente uma imposição burocrática semestral, cujo trâmite inicia no Departamento de um curso e acaba em algum arquivo ou pasta. Para o professor, que pouco retorno recebe sobre o seu plano de ensino, pode ser apenas mais um formulário a ser preenchido. Entretanto, a idéia básica deste documento é de que ele seja uma sistematização do ensino, para que se obtenha melhor aprendizagem.

Para Moreira (1983, p.13), pode-se apontar como objetivo principal do plano:

[. . .] sua utilização como sistema de referência para o trabalho do aluno e do professor ao longo do curso. Ele dá uma idéia da direção às várias atividades durante o curso. É um guia ou roteiro de ação que evita o desenvolvimento casual ou caótico do processo ensino-aprendizagem.

Para cumprir tais objetivos, o autor coloca que o plano deve atender ao critério de flexibilidade, adaptando-se às mudanças necessárias, tanto do ambiente externo, como as transformações culturais e sociais, quanto à evolução do conhecimento.

São componentes básicos de um plano de ensino:

- dados de identificação;
- súmula da disciplina;
- objetivos;
- conteúdo programático;
- estratégias de ensino;

- sistema de avaliação;
- referências.

Os objetivos refletem uma intenção, aquilo que se espera alcançar. O conteúdo programático explicita o que ensinar para atingir os objetivos propostos. As estratégias de ensino abrangem métodos, atividades, recursos e técnicas a serem utilizadas. O sistema de avaliação especifica as várias modalidades para determinar em que medida os objetivos estão sendo alcançados.

Para fundamentar a teorização, o professor planeja os referenciais teóricos do plano de ensino, oferecendo aos alunos informações fundamentadas, que lhes proporcionem subsídios para analisar, compreender, aplicar e reconstruir as situações na vida real. (HENGEMÜHLE, 2004). Esta pode ser uma importante contribuição do professor para que o aluno assuma uma posição investigativa, de pesquisa, de construção do conhecimento além da sala-de-aula. O professor, ao indicar referências nos planos de ensino, oferece ao aluno fontes de pesquisa, de direções para complementar sua formação, de tal modo que ele não restrinja seus estudos ao que lhe é repassado unicamente no ambiente formal de aprendizagem.

Nos planos de ensino estão contidas orientações ao trabalho do professor, sua metodologia, e referenciais que irão fundamentar a teorização que pretende abarcar em aula, tendo presente o Projeto Político Pedagógico, que pode apresentar o perfil de aluno correspondente ao ser humano competente que a escola almeja formar.

2.3 Bibliometria e Análise de Referências: um olhar sobre a metodologia

Nas últimas décadas, acompanhando a expansão da ciência e da tecnologia, tornou-se cada vez mais evidente a necessidade de avaliar tais avanços e de determinar o desenvolvimento alcançado pelas diversas disciplinas do conhecimento. Neste sentido, apontou-se para a medição das taxas de produtividade dos centros de pesquisa e dos

investigadores individuais, para a detecção daquelas instituições e áreas com maiores potencialidades e para o estabelecimento das prioridades no momento da alocação de recursos públicos. Assim, existem diversas formas de medição voltadas para avaliar a ciência e os fluxos da informação e, dentre estas, cabe citar a bibliometria. De acordo com Vanti (2002)⁹:

O uso de técnicas bibliométricas contribui de forma decisiva em épocas de recursos escassos, quando um bibliotecário deve resolver que títulos ou publicações periódicas podem ou não ser suprimidas de uma biblioteca. Indicadores de uso são obtidos, assim, para definir uma lista de publicações periódicas prioritárias e para prever a demanda futura. É fundamental ter como detectar a utilização real dos títulos que constam em uma biblioteca, possibilitando determinar a obsolescência das coleções. Os índices bibliométricos também são utilizados para avaliar a produtividade e a qualidade da pesquisa dos cientistas, por meio da medição com base nos números de publicações e citações dos diversos pesquisadores.

A Bibliometria é uma área quantitativa dos estudos de informação, que surge com a Ciência da Informação na década de 60. Vanti (2002) aponta as seguintes possibilidades de aplicação das técnicas bibliométricas:

- a) identificar as tendências e o crescimento do conhecimento em uma área;
- b) identificar as revistas do núcleo de uma disciplina;
- c) mensurar a cobertura das revistas secundárias;
- d) identificar os usuários de uma disciplina;
- e) prever as tendências de publicação; estudar a dispersão e a obsolescência da literatura científica;
- f) prever a produtividade de autores individuais, organizações e países;
- g) medir o grau e padrões de colaboração entre autores;
- h) analisar os processos de citação e co-citação;
- i) determinar o desempenho dos sistemas de recuperação da informação;
- j) avaliar os aspectos estatísticos da linguagem, das palavras e das frases;

⁹ meio eletrônico

- k) avaliar a circulação e uso de documentos em um centro de documentação;
- l) medir o crescimento de determinadas áreas e o surgimento de novos temas.

Utilizando tais métodos, pode-se descobrir, por exemplo, porque determinadas áreas têm certos padrões de comportamento, de uso, o índice de obsolescência da sua literatura e as formas de se efetuar essa verificação.

A Bibliometria, para Mostafa (2002), interessa a todos que trabalham com gestão dos sistemas de informação, pois fornece subsídios importantes para fomentar a pesquisa científica e tecnológica.

Um estudo bibliométrico pode ser definido como:

[...] o estudo dos aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação registrada. [...] a bibliometria desenvolve padrões e modelos matemáticos para medir esses processos, usando seus resultados para elaborar previsões e apoiar tomadas de decisões. (MACIAS-CHAPULA, 1998, p. 134)

Além disso, conforme Sanz Casado (1994, p. 213), a importância da utilização da bibliometria não reside somente na obtenção de “valores absolutos”, mas também nas mudanças que estes valores sofrem através do tempo, revelando maior ou menor uso das fontes documentais. Põe ao alcance de profissionais da informação, em sua maioria com formação humanística, metodologia de análise quantitativa que, embora não exija conhecimentos matemáticos prévios, pode ser uma ferramenta útil para elaboração e interpretação de dados.

A escolha adequada do método de obtenção e análise de informação é fundamental para alcançar os objetivos de pesquisa propostos. É prioritário definir claramente os objetivos e os dados que se deseja obter em um estudo e, a partir daí, eleger o meio mais eficiente para atingi-los, de acordo com a experiência e o conhecimento da técnica, as características e os recursos para a realização do trabalho.

Na área de estudos de usuários, o método de Análise de Referências é uma das técnicas indiretas de pesquisa, utilizada atualmente para conhecer hábitos e necessidades de informação, sem ter que obrigatoriamente consultar usuários, por ser realizada mediante pesquisa documental. Segundo Sanz Casado (1994), apresenta como vantagens menor custo e tempo requerido para obtenção dos resultados, porém, em muitos casos, a falta de atualidade dos dados pode levar a conclusões que não retratam fielmente a realidade.

É um método que, segundo Sanz Casado (1994, p. 105): “[. . .] consiste em analisar a bibliografia referenciada por estes [pesquisadores] em seus trabalhos de investigação que aparecem nas publicações periódicas, nas monografias, nas atas de congressos ou em qualquer outro documento.” O autor coloca como vantagens desta técnica a possibilidade de conhecer de forma rápida e eficaz os seguintes tópicos, através da análise de referências utilizadas:

- a) o comportamento de uso de informações de comunidades científicas específicas;
- b) a tipologia dos documentos;
- c) a atualidade ou vigência da informação;
- d) o percentual de trabalho em equipe (referências com mais de um autor);
- e) o percentual do próprio trabalho incorporado às pesquisas (autocitação);
- f) agrupar os investigadores por áreas temáticas de trabalho (clusters)
- g) formar mapas de afinidade, através de referências aos pares;
- h) o idioma das publicações.

A Análise de Referências ainda pode ser utilizada para colaborar com a política de aquisições em bibliotecas universitárias e especializadas, pois ao estudar fontes documentais com reconhecido valor científico e acadêmico, pode-se determinar que tipo de informação os autores utilizam em seus trabalhos e pesquisas.

É importante ressaltar as diferenças e proximidades entre os métodos de Análise de Referência e Análise de Citações, que consiste, por sua vez, na aplicação de técnicas para a avaliação das atividades de pesquisa e representa o estudo do:

[. . .] conjunto das fontes de informação utilizadas e apresentadas pelo autor como base teórica de seu trabalho, e registradas em notas de rodapé ou no final dos textos (em referências bibliográficas), demonstrando os elos existentes entre os indivíduos, as instituições e áreas de pesquisa. (FREITAS, 1997, p.122).

Embora possam ser coletados dados de referências utilizadas em ambos os métodos, na Análise de Citações são verificadas as fontes formais de informação, geralmente as publicações periódicas, que são indexadas pelas bases de dados do *Institute for Scientific Information* (ISI), disponíveis em CDROM. (SANZ CASADO, 1994).

Estas, por sua vez, estão divididas por áreas temáticas, sendo que a base *Social Science Citation Index* indexa publicações periódicas da área de Ciências Sociais, a *Arts and Humanities Citation Index* é especializada em publicações sobre artes e humanidades e a *Science Citation Index* inclui periódicos das ciências básicas.

É, portanto, um método para ser utilizado em citações de trabalhos publicados e indexados pelas bases de dados do ISI. Porém, deve-se levar em conta que a maioria dos periódicos incluídos no ISI são de língua inglesa, estando as publicações de outros países pouco representadas. Assim os pesquisadores que não publicam nas revistas indexadas têm menor probabilidade de serem citados e terem seus trabalhos reconhecidos pela comunidade científica, o que fecha um círculo cada vez mais restrito e elitizado de cientistas, em detrimento de outros que, mesmo realizando trabalhos de valor e qualidade para a ciência, não conseguem ver recompensados os seus esforços.

A tendência da literatura científica na área mostra que a técnica de análise de citações tem sido usada indiscriminadamente para estudar as referências citadas em qualquer tipo de documento, método seguido por este trabalho.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo define-se o tipo de estudo, o objeto a ser analisado, os instrumentos e os procedimentos de pesquisa utilizados.

3.1 Tipo de Estudo

Trata-se de um estudo bibliométrico que utiliza a técnica de Análise de Referências. Partindo de uma abordagem quantitativa, são exploradas as possibilidades de análise e interpretação dos resultados obtidos.

3.2 Objeto de Estudo

Do currículo do curso de Biblioteconomia da UFRGS constam 168 créditos obrigatórios e 20 créditos eletivos, totalizando 37 disciplinas de caráter obrigatório, divididas em quatro áreas temáticas.

Os objetos deste estudo são as referências dos planos de ensino das disciplinas obrigatórias e ministradas pelo Departamento de Ciência da Informação (DCI) do curso de Biblioteconomia da UFRGS, constantes do currículo de 2004/1, com exceção das disciplinas Estágio Curricular Obrigatório, Introdução ao Trabalho de Conclusão e Trabalho de Conclusão de Curso, uma vez que seus planos de ensino não apresentam referências, abrangendo um total de 29 documentos. Esta documentação encontra-se arquivada e disponível para consulta na Secretaria do Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS.

As disciplinas são separadas por áreas, como segue:

- a) Área 1: Fundamentos da Ciência da Informação, com 4 disciplinas ministradas pelo DCI;
- b) Área 2: Organização e Tratamento da Informação, formada por 9 disciplinas obrigatórias, todas ministradas pelo DCI;
- c) Área 3: Recursos e Serviços de Informação, formada por 9 disciplinas obrigatórias, ministradas pelo DCI;
- d) Área 4: Gestão de Sistemas de Informação, formada por 7 disciplinas obrigatórias, ministradas pelo DCI.

O quadro 9 a seguir expõe as disciplinas cujos planos de ensino foram analisados em relação às referências que apresentam:

ÁREA 1 - FUNDAMENTOS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	
ETAPA	NOME DA DISCIPLINA
1	BIB03076 - HISTÓRIA DOS REGISTROS HUMANOS
1	BIB03060 - METODOLOGIA DA PESQUISA APLICADA ÀS CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
2	BIB03077 - INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
3	BIB03078 - FUNDAMENTOS DAS CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
ÁREA 2 - ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	
ETAPA	Nome da Disciplina
1	BIB03005 - FUNDAMENTOS DA ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO DA
2	BIB03008 - INTRODUÇÃO À REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA
3	BIB03013 - LINGUAGEM DE INDEXAÇÃO I
3	BIB03061 - REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA A
4	BIB03018 - LINGUAGEM DE INDEXAÇÃO II
4	BIB03062 - REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA B
5	BIB03024 - LINGUAGENS ALFABÉTICAS DE INDEXAÇÃO
5	BIB03063 - REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA C
6	BIB03032 - PRODUTOS DE RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO
ÁREA 3 - RECURSOS E SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO	
ETAPA	Nome da Disciplina
2	BIB03016 - FONTES GERAIS DE INFORMAÇÃO
3	BIB03011 - GERAÇÃO DE DOCUMENTOS
3	BIB03015 - INDÚSTRIA DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO
3	BIB03022 - GESTÃO DE RECURSOS INFORMACIONAIS
4	BIB03064 - PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS
4	BIB03072 - SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E ATENDIMENTO À COMUNIDADE

4	BIB03027 - GESTÃO DE SERVIÇOS INFORMACIONAIS
6	BIB03079 - INFORMACAO ESPECIALIZADA
6	BIB03028 - PLANEJAMENTO E ELABORAÇÃO DE BASES DE DADOS
ÁREA 4 - GESTÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	
ETAPA	Nome da Disciplina
2	BIB03010 - ADMINISTRAÇÃO APLICADA ÀS CIÊNCIAS DA
3	BIB03017 - GESTÃO DE RECURSOS EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
4	BIB03021 - ESTUDO DE COMUNIDADES E USUÁRIOS
5	BIB03030 - PLANEJAMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
6	BIB03033 - GERÊNCIA E CONSULTORIA DE SISTEMAS DE
6	BIB03031 - MARKETING EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
6	BIB03023 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES
TOTAL	29 DISCIPLINAS

Quadro 9 - Disciplinas Obrigatórias do Currículo 2004/1 do Curso de Biblioteconomia da UFRGS, por Área, ministradas pelo DCI
 Fonte: (CURRICULO..., 2004)¹⁰

3.3 Fontes de Pesquisa, Procedimentos e Instrumento de Coleta de Dados

As fontes principais da pesquisa são o arquivo do Departamento de Ciências da Informação (DCI) da UFRGS, a Biblioteca Setorial de Biblioteconomia e Comunicação da FABICO/UFRGS e as bases de dados disponíveis na página da Biblioteca Central da UFRGS, como segue:

- a) Arquivo: a Comissão de Graduação do curso de Biblioteconomia da UFRGS permitiu a cópia dos planos de ensino, dos quais constam as referências coletadas na pesquisa;
- b) Biblioteca: nesta fonte foi verificada a disponibilidade, com base nas referências obtidas nos planos de ensino, dos documentos impressos. Para tanto, foi consultado o Catálogo Eletrônico do Sistema de Bibliotecas da UFRGS – SABi, para verificar a recuperação do documento consultado;

¹⁰ meio eletrônico

- c) Bases de Dados: através da página na Internet da Biblioteca Central da UFRGS (<<http://www.biblioteca.ufrgs.br>>) foi acessado o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PORTAL DA CAPES), que oferece acesso gratuito a milhares de publicações de revistas e teses, oriundas de instituições acadêmicas e científicas nacionais e estrangeiras, que representam o que há de mais avançado na pesquisa de nível superior. Disponibiliza o texto completo de artigos e outros documentos com acesso restrito aos IPs das instituições conveniadas. Nesta fonte, foi realizada pesquisa dos artigos eletrônicos referenciados nos planos de ensino, para verificar a acessibilidade dos documentos.

Outras fontes secundárias foram utilizadas na coleta de dado, como o Currículo Lattes e Buscadores da Internet, para localizar a procedência dos autores. Além disso, o acervo pessoal da autora, enriquecido durante a formação em Biblioteconomia na UFRGS, ora em conclusão, foi um recurso importante, por permitir a coleta de vários itens constantes nos objetivos da pesquisa.

Os instrumentos da coleta de dados foram planilhas eletrônicas, planejadas para o registro dos dados, utilizando o programa MSEXCEL® (APÊNDICE).

3.4 Tratamento dos Dados

Os dados quantitativos foram tratados em percentuais e médias, e apresentados sob a forma de gráficos e tabelas, analisados com base no referencial teórico, através do confronto entre os objetivos da pesquisa e as particularidades da situação.

3.5 Estudo-Piloto

Para verificar a validade da pesquisa, foi consultado um especialista no assunto. Ainda para garantir a fidedignidade dos instrumentos, procedeu-se a simulação prévia, coletando, tratando e analisando dados de dois planos de ensino das disciplinas da pesquisa, para testar a congruência das respostas.

Desta simulação, resultaram modificações importantes, principalmente quanto ao cumprimento dos objetivos específicos. Verificou-se a necessidade de reformulação das questões “j” e “k”, relacionadas no item 1.3.2 deste estudo.

3.6 Limitações da Pesquisa

Considera-se limitação deste estudo o fato de utilizar como objeto de pesquisa apenas as disciplinas obrigatórias do currículo em questão, ministradas pelo Departamento de Ciências da Informação da UFRGS. Pela limitação de tempo para efetuar a análise e contextualização dos dados, foram desconsideradas as disciplinas eletivas e as obrigatórias não específicas do Departamento.

4 ANÁLISE DOS DADOS

A tabulação e a análise dos dados quantitativos estão expressas nos resultados descritos a seguir. Para efeitos de arredondamento dos resultados e índice de precisão, foi considerada, estatisticamente, margem de erro igual ou menor que 0,5%.

4.1 Distribuição das Referências por Disciplina e por Área

A coleta dos dados dos planos de ensino das 29 disciplinas obrigatórias e ministradas pelo DCI, no período 2004/1, resultou em 420 referências, distribuídas conforme apresentado na tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição das referências por disciplina e por área (fonte da pesquisa)

ÁREA 1 - FUNDAMENTOS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Nº Referências	%	Média Ref Área
BIB03076 - HISTÓRIA DOS REGISTROS HUMANOS	15	3,57	-
BIB03060 - METODOLOGIA DA PESQUISA APLICADA ÀS CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO	39	9,28	-
BIB03077 - INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO	18	4,28	-
BIB03078 - FUNDAMENTOS DAS CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO	9	2,14	-
TOTAL ÁREA 1	81	19,28	20,25
ÁREA 2 - ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	N Referências	%	Média Ref Área
BIB03005 - FUNDAMENTOS ORGANIZ.TRATAMENTO INFORMAÇ	17	4,04	-
BIB03008 - INTRODUÇÃO À REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA	18	4,28	-
BIB03013 - LINGUAGEM DE INDEXAÇÃO I	14	3,33	-
BIB03061 - REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA A	2	0,48	-
BIB03018 - LINGUAGEM DE INDEXAÇÃO II	9	2,14	-
BIB03062 - REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA B	8	1,9	-
BIB03024 - LINGUAGENS ALFABÉTICAS DE INDEXAÇÃO	30	7,14	-
BIB03063 - REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA C	3	0,71	-
BIB03032 - PRODUTOS DE RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO	19	4,52	-
TOTAL ÁREA 2	120	28,57	13,33
ÁREA 3 - RECURSOS E SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO	Nº Referências	%	Média Ref Área
BIB03016 - FONTES GERAIS DE INFORMAÇÃO	13	3,09	-
BIB03011 - GERAÇÃO DE DOCUMENTOS	21	5	-
BIB03015 - INDÚSTRIA DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO	28	6,66	-
BIB03022 - GESTÃO DE RECURSOS INFORMACIONAIS	16	3,8	-
BIB03064 - PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS	16	3,8	-

(Continuação Tabela 1)			
ÁREA 3 - RECURSOS E SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO	Nº Referências	%	Média Ref Área
BIB03072 - SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E ATENDIMENTO À COMUNIDADE	1	0,25	-
BIB03027 - GESTÃO DE SERVIÇOS INFORMACIONAIS	7	1,66	-
BIB03079 - INFORMACAO ESPECIALIZADA	21	5	-
BIB03028 - PLANEJAMENTO E ELABORAÇÃO DE BASES DE DADOS	9	2,14	-
TOTAL ÁREA 3	132	31,4	14,66
ÁREA 4 - GESTÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Nº Referências	%	Média Ref Área
BIB03010 - ADMINISTRAÇÃO APLICADA CIENC INFORMAÇÃO	6	1,46	-
BIB03017 - GESTÃO DE RECURSOS EM SISTEMAS INFORMAÇÃO	2	0,47	-
BIB03021 - ESTUDO DE COMUNIDADES E USUÁRIOS	34	8,09	-
BIB03030 - PLANEJAMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	13	3,09	-
BIB03033 - GERÊNCIA E CONSULTORIA SISTEMAS INFORMAÇÃO	7	1,66	-
BIB03031 - MARKETING EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	6	1,44	-
BIB03023 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES	19	4,54	-
TOTAL ÁREA 4	87	20,75	12,43
TOTAL GERAL	420	100	14,48

A disciplina com maior número de referências foi a BIB03060 - Metodologia da Pesquisa Aplicada às Ciências da Informação (área 1) com 39 citações, seguida da BIB03021 - Estudo de Comunidades e Usuários (área 4), com 34 referências apresentadas. São disciplinas com fortes características de pesquisa, que exigem envolvimento e comprometimento dos alunos em busca de referenciais teóricos para seus trabalhos. Percebe-se, pelo número de referências citadas nos planos, a intenção dos professores das disciplinas em indicar caminhos para que os alunos construam conhecimento e competências, orientados, porém, com autonomia, como é a tendência da educação moderna, do aprender a aprender (PERRENOUD, 2000; DEMO, 2000).

Outras disciplinas, no entanto, apresentam baixo número de referências nos planos. Tal ocorrência pode significar, conforme citado em alguns planos de ensino, o fato dos professores indicarem documentos para consulta no decorrer do semestre. Isto acontece, por exemplo, nas disciplinas BIB03072 e BIB03017, com uma e duas referências respectivamente. Outro motivo pode ser a carência de textos de natureza didática em língua

portuguesa, conforme apontado por Dias, Pitello e Pontello (1996) em pesquisa realizada sobre a literatura utilizada no ensino de graduação em biblioteconomia no Brasil, o que faz com que os professores tenham de buscar alternativas, utilizando recursos que vão além da sala-de-aula, como visitas a instituições, por exemplo, unindo a teoria à prática.

Quanto ao percentual de referências por área, do total de 420 documentos citados, a área 3, com 132 documentos, apresenta o maior percentual, 31,43%, seguida da área 2 com 28,57%. A área 4 participa com 20,25% e a área 1 com 19,28%. Os dados podem induzir a considerações sobre haver harmonização entre as disciplinas. Porém, analisando a tabela 1, percebe-se que há alternância entre valores muito altos e muito baixos, principalmente nas áreas 2, 3 e 4. Cabe citar o estudo realizado pela CAPES (BRASIL, 1978, p.17), quando afirma que: "[. . .] falta um conjunto de textos básicos que organize e apresente conhecimentos de variada origem, de forma racional e útil, para garantir uma homogeneidade à tarefa do ensino, evitando a atual dispersão."

Verifica-se ainda, através da análise do Gráfico 1, que as áreas apresentam médias de referências citadas muito próximas, o que reflete equilíbrio entre estas e o currículo em geral, principalmente quando se considera o curso sob a perspectiva interdisciplinar da Ciência da Informação:

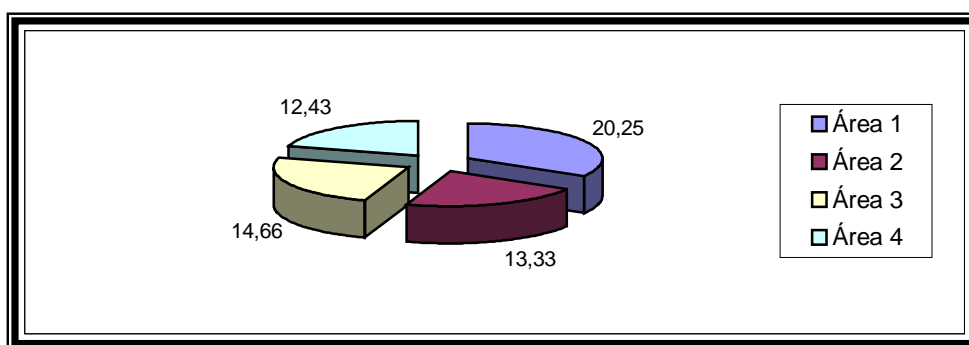


Gráfico 1 - Média de referências por área (fonte da pesquisa)

O estudo da CAPES (BRASIL, 1978) sobre a literatura utilizada nos cursos de biblioteconomia brasileiros concluiu, com base no número de referências citadas nos planos de ensino, que havia orientação excessiva para as disciplinas técnicas. A disciplina de catalogação apresentou, naquela época, o maior percentual de referências (16,64%), enquanto que Planejamento Bibliotecário, considerada para a pesquisa como envolvendo uma base mais interdisciplinar, por incluir questões sociais e políticas, participou com apenas 0,38%. Percebe-se, na comparação dos resultados, mudança deste quadro, principalmente pela inclusão no currículo de disciplinas com base humanística.

4.2 Tipo de Documento

Dos 420 documentos referenciados 212 são livros, 36 capítulos de livros, 121 artigos, sendo 91 publicados em periódicos nacionais e 20 em estrangeiros, 5 apostilas (texto didático confeccionado pelo próprio professor da disciplina), 3 trabalhos apresentados em eventos nacionais e 2 em eventos internacionais, 3 periódicos citados no todo, 1 evento nacional citado como obra completa, 2 teses e 35 referências são "outros" tipos. Esta última categoria merece ser esmiuçada, pois abarca materiais variados como: 17 normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), 7 citações de páginas na Internet, 7 leis, 3 artigos não científicos de páginas na Internet e 1 filme de videocassete.

O Gráfico 2 expõe a distribuição das referências quanto ao tipo de documento:

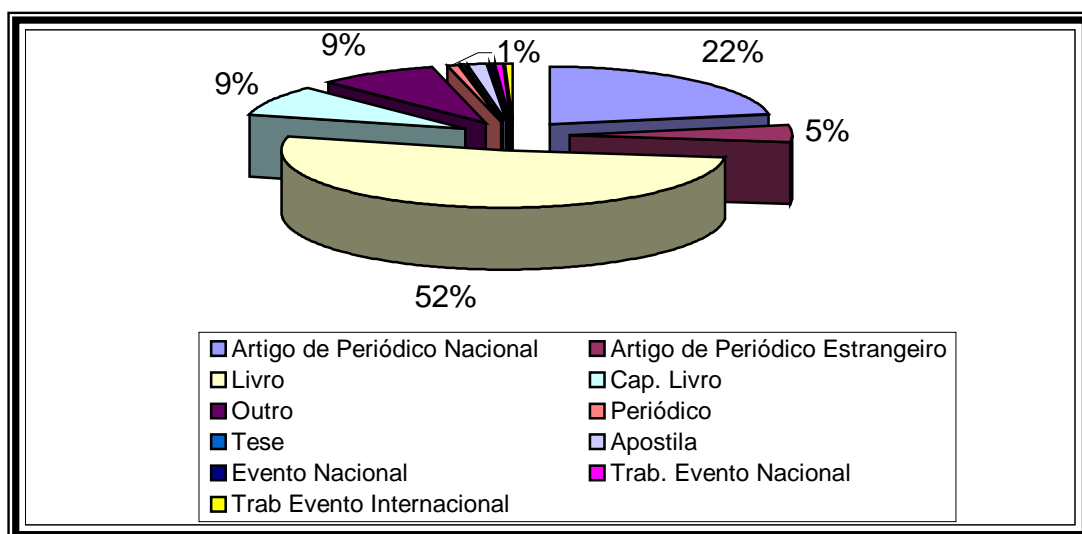


Gráfico 2 - Tipo de Documento (fonte da pesquisa)

Observa-se que livro e capítulo de livro perfazem 60% do total de citações, confirmando a preferência por este tipo de documento pelas Ciências Sociais, incluindo aí as Ciências Sociais Aplicadas e a Biblioteconomia, cujo aspecto discursivo é mais compatível com o formato amplo de um livro do que de um artigo (FIGUEIREDO, 1990). A autora ainda diz que estas ciências têm um desenvolvimento relativamente moroso e não produzem descobertas a serem divulgadas imediatamente, o que justifica o uso de fontes de informação com valor mais duradouro, enquanto que os artigos podem ser efêmeros.

No entanto, estudo realizado pela CAPES (BRASIL, 1978) já indicava preocupação, naquela época, quanto à excessiva ênfase dada ao livro como fonte de informação e como material didático, parecendo simplesmente substituir a apostila. A análise dos dados demonstrava a preocupação dos autores quanto a:

[. . .] necessidade de colocar ao alcance do aluno/leitor e de reforçar o valor da informação, independentemente de sua forma e encontrar mecanismos que possibilitem motivar um uso mais freqüente de fontes alternativas, entre elas, as coleções hemerográficas, como para justificar o investimento e fazer maior uso de sua potencialidade informacional. (p. 6-7)

Esta colocação parece ter resultado em esforços da própria CAPES para proporcionar ao ensino de graduação e de pós-graduação mecanismos de utilização de artigos de periódicos, que resultaram, entre outros produtos, no Portal de Periódicos da CAPES, uma fonte inestimável à pesquisa, ao proporcionar o acesso a artigos eletrônicos com texto completo, de periódicos nacionais e internacionais, em todas as áreas do conhecimento científico.

É o Portal da CAPES um investimento justificável, pois se sabe que artigos de periódicos científicos são o principal canal de divulgação da ciência (MEADOWS, 1999; STUMPF, 1994). No presente estudo, 121 artigos são referenciados, correspondendo a 39% do total das citações nos planos de ensino, sendo que 91 foram publicados em periódicos nacionais e 20 em periódicos estrangeiros, o que evidencia uma mudança de comportamento dos pesquisadores desta ciência, que estão adotando, cada vez mais, o enfoque interdisciplinar da Ciência da Informação, valendo-se para isso de instrumentais até então pertencentes às ciências ditas "duras" (Exatas).

Quanto à presença de número expressivo de artigos em periódicos nacionais (91), evidencia aumento da produção dos pesquisadores brasileiros desta ciência, que estão publicando cada vez mais em periódicos no Brasil e no exterior. Em todas as áreas do currículo aparece este tipo de referência: 16 na área 1; 32 na área 2; 25 na área 3; e 13 na área 4. O estudo da CAPES de 1978 revelava preocupação com ausência de conjunto de textos básicos nacionais para organizar e apresentar os conhecimentos de origem variada (*core collection*), fazendo com que os professores tivessem de se valer de textos estrangeiros traduzidos, muitas vezes fora do contexto local. Deve-se elogiar, então, o esforço dos cientistas brasileiros, que mesmo em condições nem sempre as mais adequadas, estão conseguindo dar importante contribuição para a evolução do conhecimento, aumentando a visibilidade do país neste campo.

Por fim, pode-se citar que a ciência, em qualquer dimensão, somente se materializa na produção de documentos, de todos os tipos. Santos (2003, p.34) coloca que:

Quando pesquisadores elaboram pesquisas, eles produzem artigos; quando participam de processo de inovação, depositam patentes [. . .]; quando se envolvem com docência, dirigem tese, elaboram manuais, apostilas; quando participam de programas públicos, redigem projetos [. . .] e relatórios [. . .] e, se se consagram à popularização, elaboram livros, roteiros, contribuem para a redação de regulamentos, de pareceres... Considerado nas cinco dimensões expostas, a pesquisa é uma vasta empresa de escritura: ela prolifera documentos de todos os tipos.

O estudo da CAPES (BRASIL, 1978) ressalta que deve a Biblioteconomia preocupar-se em agregar todos esses recursos ao seu referencial. Apenas 20% dos documentos citados na presente pesquisa pertencem a outros tipos de documentos. As publicações de trabalhos apresentados em eventos nacionais e internacionais, por exemplo, apesar de serem uma fonte importante para refletir o panorama da área e o perfil dos seus membros (CAMPELLO, CENDÓN, KREMER, 2000), correspondem a menos de 1% das referências. Assim também as teses e dissertações, documentos originados das atividades dos cursos de pós-graduação, receberam apenas uma citação.

Por outro lado, algumas disciplinas do curso, principalmente da área 4, Gestão de Sistemas de Informação, estão se valendo de documentos como páginas e textos eletrônicos da Internet, o que pode ser explicado pela necessidade em formar um novo profissional da informação, adaptado ao mercado, que saiba reconhecer e buscar a informação em qualquer formato e em qualquer espaço. Segundo Ohira et al (2002, p.75):

[. . .] estamos vivenciando uma fase de mudanças significativas em todos os aspectos da sociedade. Os perfis dos profissionais estão em constante processo de mudança, em função das tecnologias emergentes. Valores e paradigmas estão sendo quebrados a uma velocidade cada vez maior. A mudança do paradigma do acervo para a informação força o bibliotecário a desviar sua atenção do meio físico (documento) para seu objeto (a informação).

Esta mudança de paradigma deve ser considerada como uma evolução, concretizada por meio de visão gerencial, poder de análise, criatividade e constante atualização dos seus profissionais.

4.3 Formato dos Documentos

Quanto ao formato dos documentos citados, apresentam-se em 3 diferentes categorias: os impressos, com 328 referências, os eletrônicos, em número de 44 e os que aparecem tanto no formato eletrônico como no impresso, com 48 referências. Para este último tipo, verificou-se a existência da obra no formato impresso em catálogos de Bibliotecas e o acesso ao texto completo em fontes eletrônicas. Os dados estão representados no Gráfico 3, como segue:

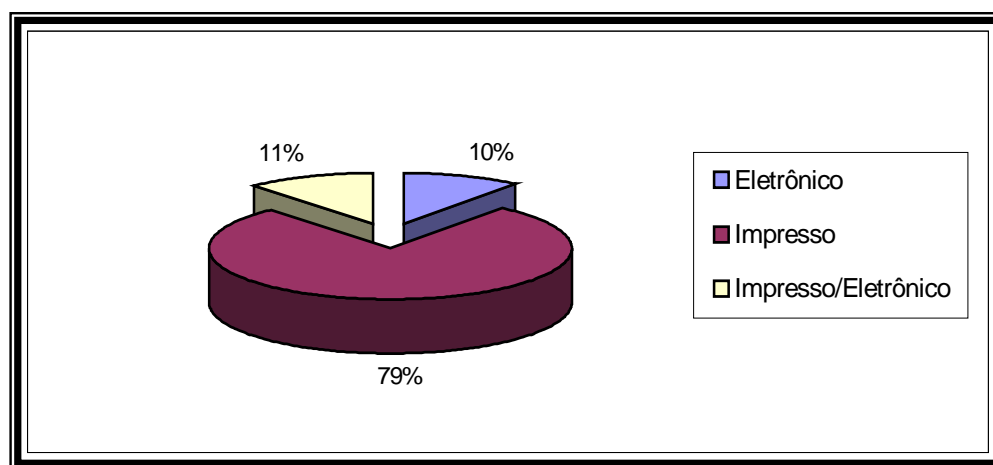


Gráfico 3 - Formato dos Documentos (fonte da pesquisa)

Livro é o tipo de documento predominante no formato impresso, enquanto que os artigos aparecem nos três formatos. Dos 121 artigos citados, 68 estão no formato impresso, 24 são eletrônicos e 29 apresentam-se nos dois formatos: impresso e eletrônico. Esta última categoria atinge principalmente o periódico *Ciência da Informação*, que desde 1995 disponibiliza artigos eletrônicos no Projeto Scielo, mas continua mantendo o formato

tradicional impresso. Como este é o periódico mais citado nos planos de ensino, os dados ficam consolidados.

4.4 Autores Citados

Para efeitos deste trabalho, foram considerados autores tanto pessoas físicas como entidades. Nas referências com mais de três autores, foi considerado o que aparece em primeiro lugar. Quanto à procedência dos autores, observa-se, nos subitens a seguir e no Gráfico 4, que do total de 330 referenciados, dentre todas as categorias, 197 são nacionais, correspondendo a 60% do total, e 133 são provenientes de outros países. O resultado segue a tendência demonstrada em estudo anterior (DIAS; PITELLO; PONTELLO, 1996), que apontou 67,2% de literatura nacional nos planos de ensino de dois cursos de graduação em biblioteconomia brasileiros, demonstrando que tanto autores nacionais como estrangeiros são utilizados nos cursos, mas a maioria é vinculada a instituições brasileiras.

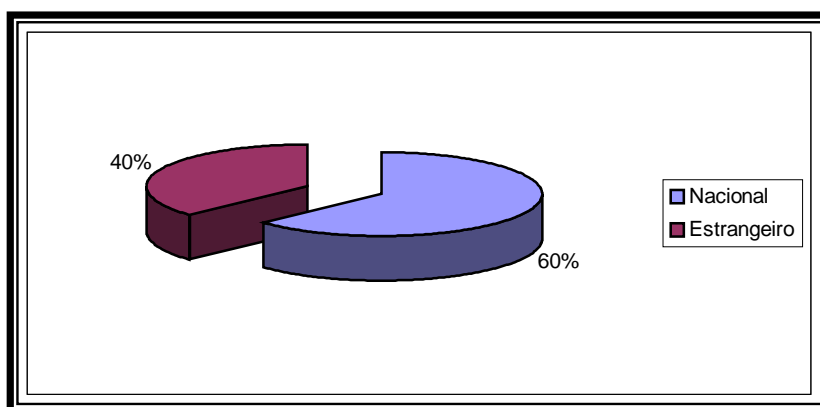


Gráfico 4 - Autores nacionais x Autores estrangeiros

4.4.1 Autores Nacionais

As instituições a que pertencem os autores nacionais citados foram identificadas através de consulta à Plataforma Lattes (CNPq) e de pesquisa aos documentos referenciados. Quando o documento não apresentava dados sobre os autores, foram consultadas outras obras de sua produção, preferencialmente artigos, que costumam citar, em nota de rodapé, informações sobre autoria. Os dados sobre a distribuição dos autores pelas instituições mais representativas estão apresentados na Tabela 2 adiante.

De acordo com os dados coletados, a UFMG é a instituição cujos autores são mais citados, com 13% das ocorrências. Segue a UnB com 11% do total de autores referenciados, UFRGS (10%), USP (7,5%), IBICT (7%), UFF (5%), e UFSC, UNESP, PUCRS, UFRJ, PUCSP, UNIVALI e UNICAMP com menos de 5% cada uma delas. Estas instituições detêm mais de 70% das obras, dispersando-se o restante entre instituições que foram citadas 1 ou 2 vezes. Percebe-se, desta forma, forte presença de instituições acadêmicas, principalmente as que oferecem cursos na área de Biblioteconomia, embora apareçam algumas que não possuem esta graduação. Há também a presença de instituições cuja principal atividade não é o ensino. Como maior exemplo cabe citar o Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia - IBICT, com 9 referências, o que mostra a importância deste instituto e o seu vigor produtivo para a pesquisa na área.

Tabela 2 - Autores Nacionais por Instituição (fonte da pesquisa)

Instituições - Autores Nacionais	N.Autores	%
UFMG	21	13
UnB	18	11
UFRGS	16	10
USP	12	7,5
IBICT e IBBD	11	7
UFF	7	5
UFSC	7	4,5
UNESP	6	3,8
PUCRS	4	2,5
UFRJ	4	2,5
PUCSP	3	1,8
UNIVALI	3	1,8
UNICAMP	3	1,8
ARQUIVO NACIONAL	2	1,25
UDESC	2	1,25
PREFEITURA PORTO ALEGRE	2	1,25
PUCRJ	2	1,25
PUCCAMPINAS	2	1,25
FGV	2	1,25
UEL	2	1,25
UFSCAR	1	0,6
UFSC	1	0,6
ABBRJ	1	0,6
BN/RJ	1	0,6
CIT/SP	1	0,6
CNI/SENAI	1	0,6
CNPq	1	0,6
CRB	1	0,6
MPAS/DF	1	0,6
UNISINOS	1	0,6
UERGS	1	0,6
DCTECFAPEMIG	1	0,6
UNIVERSIDADE LYON/FRANÇA	1	0,6
Instituto Educação RJ	1	0,6
UFPE	1	0,6
UFAM	1	0,6
PUCMG	1	0,6
EBDSC/SP	1	0,6
FACULDADE SANTA URSULA	1	0,6
FURB	1	0,6
ADBS/França	1	0,6
UNESCO	1	0,6
UFB	1	0,6
UFC	1	0,6
UFES	1	0,6
UFPB	1	0,6
UFPR	1	0,6
UFRN	1	0,6
UNA/MG	1	0,6
UNIP	1	0,6
UNISANTOS	1	0,6
TOTAL	160	100

Houve a ocorrência de 17 normas NBR da ABNT e de 37 autores não ligados a instituições acadêmicas ou de pesquisa, como consultores, bibliotecários que atuam em empresas privadas, escritores de sucesso, entre outros, a maioria citada nas disciplinas ligadas à área da administração, como a BIB03033 - Gerência e Consultoria em Sistemas de Informação, BIB03028 - Planejamento e Elaboração de Bases de Dados, BIB03031 - Marketing em Sistemas de Informação. Pode-se deduzir que estas disciplinas, conforme verificado na coleta de dados, têm necessidade de utilizar autores que direcionam sua literatura a fatos condizentes com a realidade mercadológica, econômica e financeira, ou seja, o que está acontecendo no momento atual. Os professores das disciplinas precisam repassar aos alunos, então, não apenas o conhecimento produzido por teóricos da área, mas pelos que estudam e acompanham a tendência local e mundial, para formarem profissionais dinâmicos e competitivos, que de fato atendam aos anseios da sociedade (OHIRA ET AL, 2002).

4.4.2 Autores Estrangeiros

Os autores estrangeiros foram analisados quanto ao país de procedência e estão distribuídos da seguinte forma:

Tabela 3 - Número de autores referenciados por países estrangeiros
(fonte da pesquisa)

Países	N. Autores	%
Estados Unidos	49	36,8
Inglaterra	27	20
França	20	15
Espanha	12	9
Uruguai	4	3
México	3	2,4
Alemanha	3	2,4
Cuba	3	2,4
Índia	2	1,5
Argentina	2	1,5
Portugal	1	0,75
Canadá	1	0,75
Tailândia	1	0,75
Guiana	1	0,75
Suíça	1	0,75
Áustria	1	0,75
Guatemala	1	0,75
Chile	1	0,75
TOTAL	133	100

Percebe-se que os autores dos Estados Unidos aparecem com maior número de ocorrências nos planos de ensino do curso, com 36,8% das referências a estrangeiros, seguido da Inglaterra, com 20%, França 15%, e Espanha 9%. Tais resultados evidenciam a influência da literatura destes países na formação dos futuros profissionais da área. Os dados também demonstram que os autores considerados clássicos - utilizando uma noção qualitativa, aqueles reconhecidos pela comunidade científica, expresso tanto nas citações como na comunicação informal nos colégios invisíveis e em sala de aula (VANZ, 2004) - são mais frequentemente ingleses e franceses. Artigos de periódicos relativos à área da informação propriamente dita ocorrem mais entre ingleses, franceses e espanhóis. Os autores estadunidenses apresentam obras principalmente no formato livro. Em relação aos assuntos desses livros, a maioria pertence às áreas de administração de empresas, com 9 referências, informática (5), desenvolvimento de coleções (4), sobre o futuro do livro (3), entre outros.

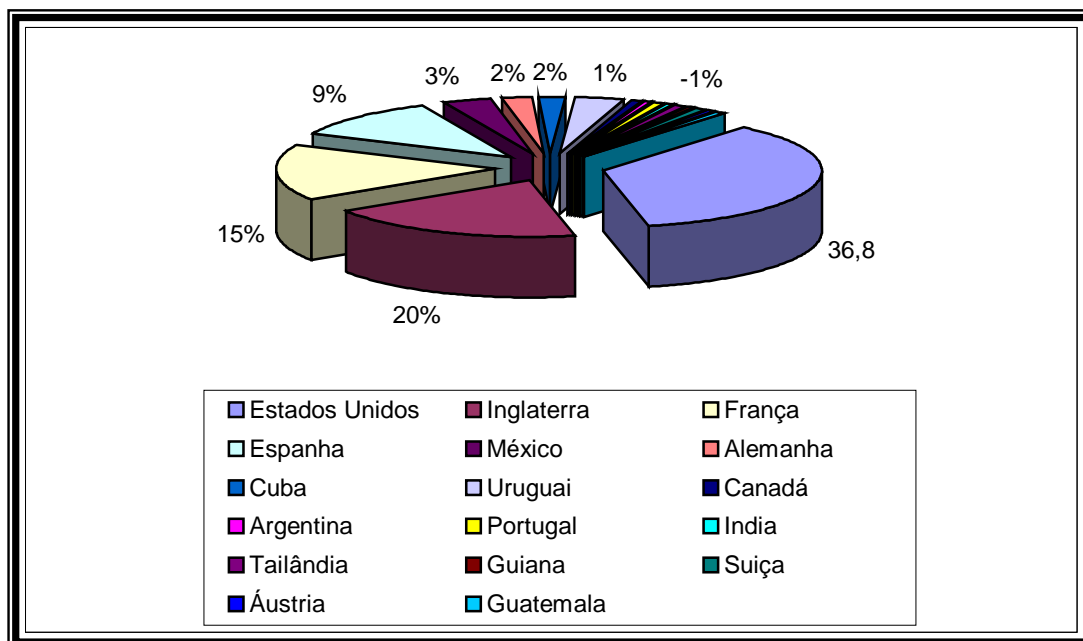


Gráfico 5 – Autores por Países Estrangeiros (fonte da pesquisa)

4.4.3 Auto-Citação

McRoberts e McRoberts (1989) comentam que os autores são mais inclinados a citar seu próprio trabalho do que os trabalhos dos outros. No entanto, somente uma cuidadosa análise do texto pode dizer se as auto-citações foram importantes ou supérfluas. Pode-se citar, neste estudo, como fator positivo, que os professores auto-citantes estão produzindo, o que acaba por beneficiar não só o autor como a instituição a que pertence, uma vez que estas são avaliadas também pela produção dos seus pesquisadores, que terão maior prestígio e ainda estarão contribuindo para a evolução do conhecimento no seu campo científico.

Observou-se o fenômeno de auto-citação nas referências indicadas nos planos de ensino da UFRGS, onde quatro professoras referenciaram obras de sua produção, o que evidencia o envolvimento destas com a continuidade das pesquisas na área, além do aproveitamento didático dessa produção, que pode ser um indicador de qualidade das obras. A

auto-citação na disciplina BIB03060 diz respeito a apostilas confeccionadas pela professora titular da cadeira, que foram utilizadas pelos alunos no decorrer do semestre. A professora da disciplina BIB03021 referenciou estudo de comunidade realizado no Bairro Santana em Porto Alegre/RS e a professora da disciplina BIB03024 referenciou sua tese de Doutorado.

4.4.2 Tipo de Autoria

A pesquisa indicou predomínio absoluto de referências cujos autores são pessoas: 86%. Os 14% relativos à autoria institucional dizem respeito, principalmente, às normas da ABNT, com 17 citações; BRASIL, com a presença de 7 leis; IBICT, responsável pela edição da CDU em Língua Portuguesa, além da Revista Ciência da Informação e de várias obras amplamente utilizadas no curso; ALA, autora do Código de Catalogação Anglo Americano, entre outras.

O percentual de trabalhos individuais (autoria simples), em colaboração (autoria múltipla) e sem autoria, referenciados nos planos de ensino, estão representados no gráfico 6 a seguir:

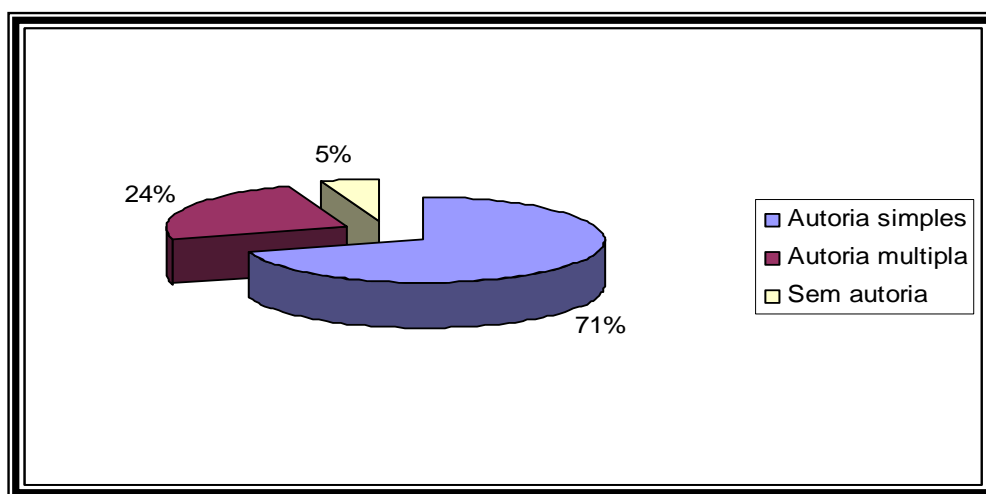


Gráfico 6 - Tipo de Autoria (fonte da pesquisa)

Verifica-se que em torno de 70% dos documentos foram escritos por autoria simples, reforçando a idéia de que a área das Ciências Sociais e Humanidades, aqui incluída para efeitos de análise a Ciência da Informação e a Biblioteconomia, não costuma publicar em cooperação (MEADOWS, 1999). 24% são de documentos com múltipla autoria, e 14 documentos, representando 5% do total são sem autoria. Este percentual de obras sem autoria, apesar de não representar um número expressivo em relação ao total, pode ser explicado pela presença de referências a páginas da Internet. Não foi verificada apresentação errada de referências, que comprometesse a identificação do documento.

4.4.3 Autores mais Citados

Os resultados mostram a inexistência de um grupo de autores fortemente citados, já que 65% das citações concentram-se em escritores referenciados apenas uma vez. No entanto, era de se esperar que as disciplinas, por apresentarem objetivos diferentes, utilizassem autores diversos. Isto também evidencia a ampla gama de teóricos existentes para embasarem o conhecimento da área.

Entretanto, merece destaque o número de citações que receberam determinados autores, alguns referenciados em disciplinas de áreas distintas. O gráfico 7 apresenta dados agrupados sobre o percentual de citação para o mesmo autor:

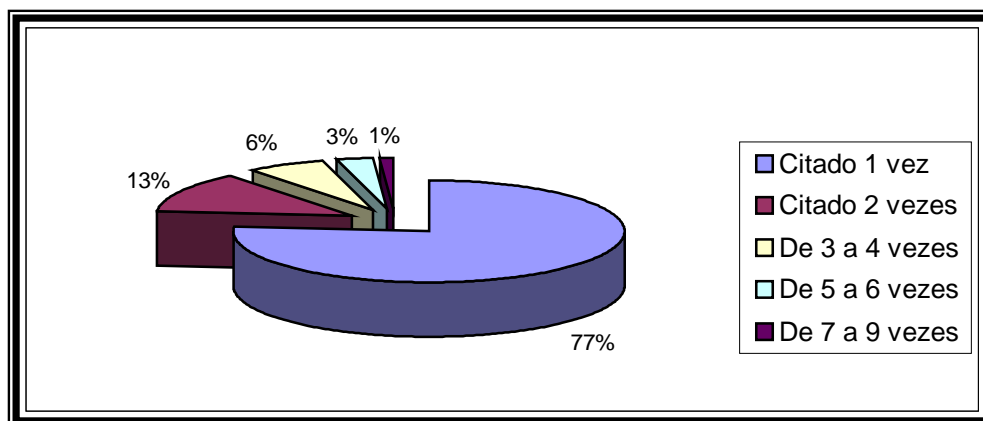


Gráfico 7 - Frequência de Citações por Autor (fonte da pesquisa)

O autor pessoal mais citado foi Frederick Lancaster, com 9 referências a 4 obras diferentes, todas no campo da Indexação. É um autor consagrado e considerado um clássico, sendo por este motivo largamente utilizado no curso de Biblioteconomia. As disciplinas BIB03032, BIB03005, BIB03008 e BIB03024, da Área 2 apresentaram no total 8 referências e a BIB03023, da Área 4 utilizou uma obra do autor.

Nice Figueiredo, pesquisadora do IBICT e autora de diversas obras, entre livros e artigos, teve 8 referências nos planos, em três disciplinas: BIB03023, 4 obras, voltadas para o assunto desenvolvimento de coleções; BIB03021 e BIB03079, com 4 referências a 3 obras sobre estudos de uso e de usuários.

Os autores franceses Guinchat e Menou tiveram o livro Introdução Geral às Ciências e Técnicas da Informação e Documentação citado por 8 disciplinas diferentes: BIB03077, BIB03024, BIB03021, BIB03011, BIB03013, BIB03015 e BIB03078. É uma obra considerada introdutória ao curso e à Ciência da Informação, muito utilizada no ensino de graduação.

Bernadete Campello, da UFMG, é outra autora muito citada, com 5 referências. Organizou os livros: Fontes de Informação para Pesquisadores e Profissionais, em co-autoria com Carlita Campos e Jeanette Kremer, referenciado por 5 professores; Fontes de Informação Especializada, em co-autoria com Beatriz Céndón; Formas e Expressões do Conhecimento,

com Paulo da Terra Caldeira e Vera A. Amarante Macedo. Também é autora, com Maria Helena de Andrade Magalhães, da obra *Introdução ao Controle Bibliográfico*. Muitas disciplinas referenciaram capítulos desses livros, o que só confirma a relevância do conjunto de tal produção para a Biblioteconomia.

Autores nacionais como Alice Príncipe Barbosa e Astério Campos, clássicos da literatura técnica, foram citados 5 vezes, e Antônio Miranda, Alba Costa Maciel, Valdomiro Vergueiro, Aldo Barreto, Maria Augusta Cesarino, Maria Cristina B. F. Pinto e Sueli Ferreira 4 vezes, corroborando a colocação anterior sobre a crescente produção dos professores e pesquisadores brasileiros. Ainda com 5 citações, aparece Derek Langridge, da Inglaterra, sobre catalogação.

Com 3 citações são referenciados 8 autores pessoais e 2 institucionais (UNISIST e TASI). Cabe citar Le Coadic, renomado autor que escreve sobre a Ciência da Informação, Eliane Mey sobre Catalogação, Emília Currás (tesauros), Foskett (análise temática) e Chiavenato (administração).

A Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT teve referenciadas 17 normas NBR, que são utilizadas tanto na disciplina BIB03011 - Geração de Documentos, onde se aprende normalização, como durante todo o curso, uma vez que se espera do profissional bibliotecário aplicação adequada das referidas normas de documentação.

Houve ainda a ocorrência de BRASIL como autor institucional, na forma de leis. Estas, dizem respeito à legislação pertinente ao exercício profissional do bibliotecário.

Embora tenha sido citado em apenas uma disciplina - BIB03060 - com 5 obras, é louvável a presença, num plano de disciplina do curso de Biblioteconomia, de autores reconhecidos internacionalmente, como Edgar Morin, um pesquisador inter, multi e transdisciplinar, autor de mais de 30 livros considerados clássicos contemporâneos.

4.5 Temporalidade dos documentos

A análise da data de publicação dos itens referenciados nos planos baseia-se nos dados coletados e apresentados a seguir:

Tabela 4 - Data dos Documentos Referenciados (fonte da pesquisa)

Datas	Nº de Ref	%
Década de 50	1	0
Década de 60	11	3
Década de 70	39	9
Década de 80	76	18
De 1990 a 1994	67	16
De 1995 a 1999	106	25
De 2000 a 2004	96	23
Sem data	24	6
Total	420	100

A maior parte dos documentos foi publicada depois de 1990, num percentual de quase 70% do total, o que sugere a contemporaneidade das citações. À medida que se regride no tempo, menor é a quantidade de obras referenciadas, sendo que da década de 50 há apenas uma citação. Entretanto, como o tipo de documento mais citado são livros, pode-se supor que as datas recentes das publicações indicam reedição ou reimpressão atualizada da obra. Estes dados foram encontrados em trabalhos anteriores (RODRIGUES, 2004; VANZ, 2003; DIAS, PITELLO, PONTELLO, 1996), o que corrobora os resultados alcançados neste estudo.

Outra justificativa para a contemporaneidade das referências é a própria evolução do conhecimento. O currículo do curso de Biblioteconomia da UFRGS, sob o enfoque da Ciência da Informação, possui disciplinas interdisciplinares que exigem competências ligadas às tecnologias da informação, com referenciais teóricos recentes, como, por exemplo, BIB03028 - Planejamento e Elaboração de Bases de Dados e BIB03064 - Produção de Documentos Eletrônicos. Uma consulta aos planos de ensino anteriores dessas disciplinas evidencia este

fato, já que seus professores estão constantemente incluindo novas referências nestes documentos e substituindo outros que consideram defasados.

O número elevado de publicações sem data diz respeito, principalmente, a páginas da Internet, que, quando não apresentam dados sobre a informação disponibilizada, dificultam a identificação da fonte de autoria e da atualidade do documento.

4.6 Idioma

Em relação ao idioma dos documentos referenciados, a predominância recaiu sobre o português, com 83%, seguido do inglês (9%), espanhol (8%) e francês (menos de 1%). Com base nas limitações no domínio de outros idiomas por alunos de graduação, são justificáveis os resultados obtidos. O baixo percentual de obras em língua inglesa, tendo em vista o item relativo à procedência de autores estrangeiros ter identificado um número elevado de autores ingleses e americanos, deve-se ao fato da maioria das obras terem sido traduzidas e editadas no Brasil:

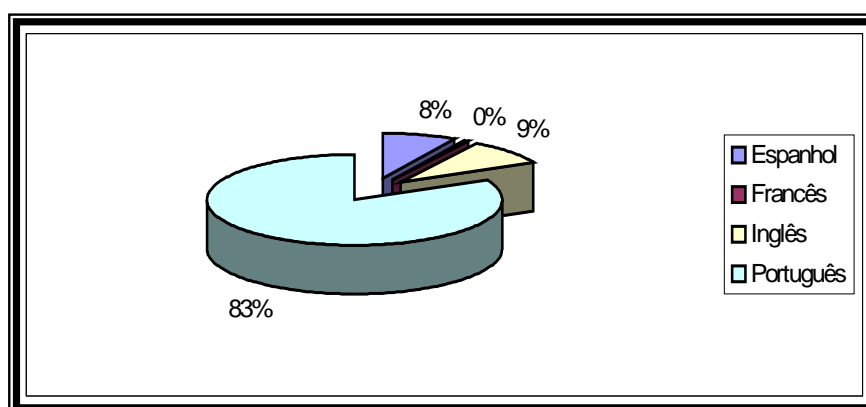


Gráfico 8 - Idiomas Referenciados (fonte da pesquisa)

Conforme estudo da CAPES (BRASIL, 1978) sobre a literatura utilizada nos cursos de Biblioteconomia no Brasil, é de estranhar o percentual apresentado para referências em

espanhol, uma vez que este é o idioma oficial de organismos internacionais como a UNESCO, por ser mais acessível aos brasileiros pelo fato de ser idioma latino.

4.7 Periódicos Citados

As 121 referências a periódicos nacionais e estrangeiros, no formato impresso, eletrônico e impresso e eletrônico foram feitas a um total de 30 títulos de periódicos. A tabela 5 apresenta os periódicos que tiveram mais de uma citação nos planos de ensino:

Tabela 5 - Periódicos Referenciados (fonte da pesquisa)

Periódicos	N.Referências
Ciência da Informação	27
Perspectivas em Ciência da Informação	13
Revista de Biblioteconomia de Brasília	5
Transinformação	4
Informação & Sociedade: Estudos	3
Revista de Biblioteconomia e Documentação	2
Investigación Bibliotecológica, México	2
DataGramZero	2

Percebe-se a importância do periódico Ciência da Informação para a área. Dos 29 planos de ensino estudados, 11 referenciam este título, o que reafirma a qualidade dos artigos publicados, além da variedade dos assuntos que cobre dentro do campo da Ciência da Informação, atendendo a disciplinas diversas, de áreas distintas do currículo de um curso como o de Biblioteconomia da UFRGS. Merece destaque, novamente, o IBICT, que, ao editar este periódico, está disponibilizando, de forma irrestrita, conhecimento. Por ser um periódico impresso e eletrônico, com texto completo na Internet, possibilita, a todos que tenham acesso à Rede Mundial, consulta aos artigos, sem qualquer tipo de restrição.

O segundo mais citado é o periódico impresso, com sumários na Internet, Perspectivas em Ciência da Informação, uma publicação semestral da Escola de Ciência da Informação da

UFMG. Esse dado confirma a posição da UFMG entre as instituições cujos autores são mais referenciados nos planos. O periódico foi lançado em 1996, em substituição à Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG e divulga relatos de pesquisa, estudos teóricos, revisões de literatura, textos didáticos, relatos de experiências, traduções e resenhas em Ciência da Informação, Biblioteconomia e áreas afins.

Outros periódicos em formato impresso, como a Revista de Biblioteconomia de Brasília, da Associação de Bibliotecários do Distrito Federal, lançada em 1973, enfrentou, ao longo de sua trajetória, alguns problemas, levando a interrupções. Foi publicada normalmente até 1990, paralisou no período de 1991 a 1994, foi retomada em 1995 e novamente interrompida a partir de 1997.

Um periódico em formato impresso e eletrônico referenciado foi o Transinformação, do Departamento de Pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação da PUCCampinas. Tem periodicidade quadrimestral e, a partir do volume 8 (1996), disponibiliza texto integral dos artigos na Internet.

Já o periódico *Investigación Bibliotecológica*, do México, é uma revista científica da área, com periodicidade semestral, editada pelo *Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas* da *Universidad Nacional Autónoma de México*. Iniciou em 1987, com frequência semestral e no formato impresso e eletrônico (<http://www.ejournal.unam.mx/iibiblio/iib_index.html>).

O periódico eletrônico DataGramZero, do Instituto de Adaptação e Inserção na Sociedade da Informação – IASI, tem acesso livre, com texto integral na Internet (<<http://www.alternex.com.br/~patern/DGZero/>>). Quanto ao Informação & Sociedade: Estudos, do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal da Paraíba, após alguns volumes editados unicamente em versão eletrônica, volta a ser impresso.

A Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação da FEBAB, foi publicada até 1997 com grande irregularidade na sua periodicidade, retomando sua publicação em 1999,

complementado por um subtítulo: Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação: Nova Série.

Outros periódicos foram citados somente uma vez, o que não diminui o valor da referência, pois os objetos de estudo são planos de ensino. Assim, era de se esperar amplo número de títulos citados, para cobrir os mais variados tópicos do currículo do curso, dentro da perspectiva interdisciplinar da Ciência da Informação.

Os periódicos internacionais que receberam uma referência são: *Journal of Documentation*, *Journal of the American Society*, *International Classification*, *Forinf@*, *Informatio*, *Ifla Journal*, *Scire*, *Internet World*, *Anales de Documentación*, *Biblios*, *Educación & Biblioteca*, *Documentalise*, *Revista Interamericana de Bibliotecología*, *Informatio*, *Revista de la UNESCO de Ciencia de la Información (não mais publicado)*, *Bibliotecología e Archivología*, e *Libri*.

Já os periódicos nacionais com uma referência nos planos de ensino são: Em Questão: Revista de Biblioteconomia e Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS; READ: Revista Eletrônica de Administração da UFRGS, Revista FAMECOS, Revista da Associação Catarinense de Florianópolis, Adverso e Ciência & Ambiente.

4.8 Disponibilidade e Acesso

Das 420 referências apresentadas nos planos de ensino, 328 estão no formato impresso, 44 são documentos eletrônicos e 48 aparecem tanto no formato eletrônico como no impresso. Do total de 376 referências a documentos impressos e impressos/eletrônicos, a Biblioteca Setorial da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS possui em seu acervo 326 obras. Este número corresponde a 86,7%, percentual que pode ser considerado como razoável, tendo em vista a situação precária em que se encontram as universidades públicas no país. Mesmo atuando com recursos escassos, a Biblioteca consegue manter um

nível adequado de atendimento às necessidades informacionais dos seus usuários. Porém, como o objeto de estudo são os planos de ensino do curso, o fato da biblioteca não atender 14% do que o professor indica como literatura básica para a disciplina pode ser considerado como uma falha no atendimento às necessidades informacionais dos usuários.

Quanto ao acesso ao texto eletrônico de documentos na Internet, a Biblioteca conta, principalmente, com o Portal de Periódicos da CAPES, que disponibiliza bases de dados de artigos científicos, com mais de 8.000 títulos de periódicos. Foram referenciados 39 artigos eletrônicos cujos textos estão disponíveis no Portal da CAPES. Este número pode ser avaliado insuficiente, considerando que a maioria pertence a um periódico: Ciência da Informação. Poucos títulos estrangeiros são referenciados, o que pressupõe utilização insuficiente da fonte. No entanto, sabe-se das restrições dos alunos de graduação quanto a línguas estrangeiras, o que dificulta a utilização do recurso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A coleta dos dados dos planos de ensino, das 29 disciplinas obrigatórias do curso de Biblioteconomia da UFRGS, ministradas pelo Departamento de Ciências da Informação, no período 2004/1, resultou em 420 referências, distribuídas nas quatro áreas que compõem o currículo.

A primeira análise revelou que as áreas apresentam médias de referências muito próximas, o que poderia significar equilíbrio entre estas e o currículo, principalmente quando se considera o curso sob a perspectiva interdisciplinar da Ciência da Informação. Estudos anteriores (BRASIL, 1978; DIAS, PITELLA, PONTELLO, 1996) apontaram para um quadro de literatura excessivamente técnica, ou seja, disciplinas como Catalogação e Documentação significavam mais da metade das referências citadas nos planos. O presente estudo indica uma realidade diferente, em que matérias com maior base interdisciplinar, como por exemplo, Informação Especializada ou Produção de Documentos Eletrônicos, apresentam número análogo às das disciplinas convencionais.

Isso demonstra uma mudança de comportamento, da produção e do armazenamento de documentos para o paradigma da informação, com o reconhecimento social do seu valor na construção da cidadania. A Biblioteconomia, então, em contraste com a atividade puramente técnica, evolui para uma formação que tece conexões, onde o saber teórico pode levar não só à ação final técnica, mas também cultural e informativa.

Observou-se, em outro tópico, que livro e capítulo de livro perfazem 60% do total de citações, confirmando a preferência por este tipo de documento pelas Ciências Sociais, incluindo aí as Ciências Sociais Aplicadas e a Biblioteconomia.

O formato dos documentos citados apresentou 3 diferentes categorias: os impressos, com 328 referências, os eletrônicos, em número de 44 e os que aparecem tanto no formato eletrônico como no impresso, com 48 referências. Esta última diz respeito, principalmente, ao

periódico *Ciência da Informação*, que desde 1995 vem sendo disponibilizado nos dois formatos.

Quanto à procedência dos autores, 60% são brasileiros. O resultado segue a tendência de estudos anteriores, demonstrando que tanto nacionais como estrangeiros são utilizados nos cursos, mas a maioria é vinculada a instituições brasileiras. A UFMG é a instituição cujos autores são mais citados, com 13% das ocorrências. Já em relação aos estrangeiros, percebe-se que os provenientes dos Estados Unidos aparecem em maior número, com 36,8%, seguido da Inglaterra, com 20%, França 15%, e Espanha 9%. No entanto, enquanto os Estados Unidos são responsáveis por obras voltadas a assuntos como administração e informática, os outros países detêm a maioria das obras publicadas sobre Biblioteconomia.

Pode-se considerar, dando seguimento à análise que, em comparação com pesquisas anteriores, houve crescimento da produção de obras nacionais na área, verificando o número de autores nacionais referenciados nos planos de ensino. Este é, certamente, um resultado positivo, pois os autores, ao escreverem livros e artigos, estão contribuindo para formar um patrimônio intelectual bibliotecário brasileiro. É possível afirmar que há um conjunto de autores e instituições nacionais, principalmente nos cursos de pós-graduação e graduação do país, produzindo obras importantes para a criação de uma base teórica, sistematizando conhecimentos e desenvolvendo uma postura filosófica no país. No entanto, ainda há muitos desafios a serem enfrentados. É preciso incrementar os investimentos em pesquisa na área, além de, e principalmente, fazer da escola de biblioteconomia uma instituição pesquisadora.

Quanto ao curso de Biblioteconomia da UFRGS, poucos professores produzem e podem ser visualizados como pesquisadores. Neste sentido, para evitar um ensino meramente reprodutor de conhecimentos, deve haver um comprometimento maior do corpo docente com a sua área de especialidade. A maturidade científica do professor tem reflexos positivos no desenvolvimento do aluno e, se cabe à instituição propiciar condições para a capacitação docente, a contrapartida exige compromisso deste com a pesquisa. A sala de aula deve ser um

espaço de diálogos e práticas que conduzam os discentes ao pensamento consciente e crítico. O professor que pesquisa traz com ele uma concepção de ensino questionador, do aprender a aprender, de orientador do aluno no processo de construção e reconstrução do saber.

A pesquisa indicou um predomínio absoluto de referências cujos autores são pessoas: 86%. Os 14% relativos à autoria institucional dizem respeito, principalmente, às normas da ABNT, com 17 citações; BRASIL, com a presença de 7 leis; e o IBICT, cujo vigor produtivo e importância para a área cabe ressaltar mais uma vez neste estudo.

Verificou-se que em torno de 70% dos documentos tem um único autor, reforçando a idéia de que a área das Ciências Sociais e Humanidades, aqui incluída para efeitos de análise a Ciência da Informação e a Biblioteconomia, não costuma publicar em cooperação. Os resultados mostram a inexistência de um grupo de autores fortemente citados, já que 65% das citações concentram-se em autores referenciados apenas uma vez.

Os dados referentes à temporalidade dos documentos demonstraram que a maior parte foi publicada com data superior a 1990, num percentual de quase 70%, o que sugere a contemporaneidade das citações. À medida que se regride no tempo, menor é a quantidade de obras referenciadas, sendo que da década de 50 há apenas uma citação.

Em relação ao idioma mais citado, o português (83%), seria utópico esperar outro resultado. Embora o número de autores estrangeiros referenciados tenha sido significativo, a maioria ocorreu na forma de traduções. O professor, em geral, hesita em referenciar obras estrangeiras, pela pouca familiaridade do aluno com outras línguas. Estes dados refletem a identidade do aluno de graduação, que vem pouco preparado para a universidade, em virtude de uma formação média deficiente.

Um ponto a ser abordado diz respeito à disponibilidade e acesso dos documentos referenciados junto a Biblioteca Setorial do curso. Verificou-se 86% de resposta positiva, entre referências impressas e eletrônicas (disponibilizadas pelo Portal de Periódicos da CAPES), encontradas na unidade. Analisando isoladamente, parece um bom percentual. No

entanto, não se trata de estatística de atendimento a usuários e sim do que a unidade dispõe em relação às obras solicitadas pelos professores, para utilização durante o processo de aprendizagem. Nessa abordagem, significa dizer que 14% das obras que os professores referenciaram nos planos não existem na Biblioteca. Esse fato traz implícito nele uma questão, cuja resposta a maioria dos alunos conhece: o professor, seguidamente, disponibiliza obras de sua propriedade, ou deixa textos nas “pastas”, para cópia.

Pode ainda existir um processo de acomodação, onde o professor cita somente o que a Biblioteca possui em seu acervo e, por outro, provavelmente devido aos recursos financeiros deficientes, a unidade não atualiza freqüentemente a coleção. Identifica-se tal ocorrência em artigos de periódicos, onde são referenciados os que a biblioteca possui, não correntes ou, como pode ser constatado em alguns casos, até mesmo de títulos não mais publicados.

É importante ressaltar que os dados referem-se a um período: 2004/1, e expressam a realidade do momento. O estudo teve enfoque quantitativo, porém ficou evidenciado um quadro elucidador quanto às referências citadas nos planos de ensino. Seria recomendável, para complementar, que se verificasse as *razões de citação*, ou seja, que motivos levaram os professores a citar as referências nos planos. Outra questão diz respeito às funções dos planos de ensino enquanto documentos. Não é possível afirmar se sua execução é meramente burocrática, uma exigência legal, depositado na Secretaria, ou se realmente serve de guia e orientação aos alunos. Este deveria ser o objetivo principal do plano: uma fonte referencial para pesquisas e para educação continuada.

Por fim, pretendeu-se, com este estudo, contribuir para a formação da identidade de um campo em constante evolução, para o qual concorrem muitos saberes, e que precisa se consolidar numa visão interdisciplinar. Para tal, o currículo do Curso de Biblioteconomia da UFRGS deve ser vivo, dinâmico, sempre em transformação, para poder formar profissionais preocupados tanto com as técnicas biblioteconômicas quanto com a construção da cidadania, da diminuição da exclusão social, enfim, que prestem um serviço relevante à sociedade.

REFERÊNCIAS

A CRISE da Universidade. Rio de Janeiro: Revan, 1998

ABECIN. Avaliação da graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação: bases conceituais, metodológicas e princípios do processo avaliativo. In: **Oficina Regional de Trabalho Sudeste/Centro-Oeste**. Vitória, 2002. 20p. (Documentos ABECIN, 2). Disponível em: <<http://www.abecin.org/Documentosabecin.htm>>. Acesso em: 06 maio 2004.

ABECIN/FORGRAD. Projeto pedagógico e avaliação da graduação: referências para a renovação e resignificação do ensino em Biblioteconomia/Ciência da Informação. In: **Oficina Regional de Trabalho de São Paulo**. São Paulo, 2001. 29p. (Documentos ABECIN, 1). Disponível em: <<http://www.abecin.org/Documentosabecin.htm>>. Acesso em: 06 maio 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023** – Informação e Documentação - Referências – Elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

AZAMBUJA, Maria Lúcia Franco. A Construção da Autonomia Intelectual: a universalidade do papel do professor. In: GROLLI, Dorilda; AZAMBUJA, Maria Lúcia F.; GAZZOLA, Tranquillo. **O Professor, o Aluno e a Investigação em Sala de Aula**. Porto Alegre : Evangraf, 2004. P. 37-56

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; SILVA JÚNIOR, Celestino Alves da. **Formação do Educador e Avaliação Educacional**. Organização da Escola e do trabalho pedagógico. São Paulo: UNESP, 1999. (Seminários & Debates, v. 3).

BRASIL. Departamento de Assuntos Universitários. Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **O Ensino de Biblioteconomia no Brasil**: relatório de pesquisa sobre o status quo das escolas de biblioteconomia e documentação, com ênfase na situação do pessoal docente. Brasília: CAPES, 1978. (V. III: Análise da literatura recomendada no ensino de biblioteconomia no Brasil).

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**: Lei 9.394 de 20 dez. 1996. Cachoeira do Sul: GT, 1997.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Secretaria de Estudos Superiores do Ministério de Educação e Cultura. **Parecer CNE/CES 492/2001** de 03 Abril de 2001. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/prograd/legislação>>. Acesso em: 03 junho 2004.

CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite. **Fontes de Informação para Pesquisadores e Profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

COLL, Salvador, Cesar. **Psicologia y curriculum** : una aproximacion psicopedagogica a la elaboracion del curriculum escolar. Barcelona: Paidós, 1992.

CURSO de Biblioteconomia da UFRGS: currículo 2000. Organizado pela Comissão de Graduação de Biblioteconomia. Porto Alegre: Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, 2000.

DALLA ZEN, Ana Maria. Uma Concepção Curricular de Formação de Bibliotecários para a Mudança. **Revista de Biblioteconomia & Comunicação**, Porto Alegre, v.2, p. 24-31, jan./dez. 1987.

DAVIS, Claudia; GROSBAUM, Marta Wolak. Sucesso de Todos, Compromisso da Escola. In: DAVIS, Claudia et al. (Org.). **Gestão da Escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. P.77-112

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação**. 10. Ed. São Paulo, Vozes, 2000.

DEMO, Pedro. **A Nova LDB: ranços e avanços**. 7.ed. Campinas: Papirus, 1998.

DIAS, Eduardo Jose Wense; PITELLA, Monica Cardoso; PONTELLO, Analia das Graças Gandini. Literatura utilizada no ensino de graduação em biblioteconomia no Brasil: produtividade institucional. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 157-176, jul./dez. 1996.

DUDZIAK, E. A. Information Literacy Education: integração pedagógica entre bibliotecários e docentes visando a competência em informação e o aprendizado ao longo da vida. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 12., Recife, 2002. **Anais...** Recife: UFPE/SIB, 2002. (Publicado em CD-ROM).

EDUCAÇÃO Superior no Brasil. Brasília: CAPES, 2002.

FERREIRA, Glória. I. S. **A Prática Reflexiva do Professor de Biblioteconomia: transposição didática**. Porto Alegre, 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) - PUC/RS, Faculdade de Educação. Pontifícia Universidade Católica do RS (PUCRS), Porto Alegre, 1999.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Gestão Democrática da Educação para uma Formação Humana. **Revista Em Aberto: gestão Escolar e formação de gestores**, Brasília, v.17, p. 167-176, fev. /jun.2000.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Metodologias para Promoção do Uso da Informação: técnicas aplicadas particularmente em bibliotecas universitárias e especializadas**. São Paulo: Nobel, 1990.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 4. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1997.

FREITAS, M. H. de A. Oito Anos de Transinformação. **Transinformação**, Campinas, v. 9, n. 3, p. 120-134, set./dez. 1997.

HENGEMÜHLE, Adelar. **Gestão de Ensino e Práticas Pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2004.

GADOTTI, Moacir. Projeto Político Pedagógico. **Educação em Revista**, Porto Alegre, Ano III, n.13, p. 15-30, 1998.

GANDIN, Danilo. **A Prática do Planejamento Participativo**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

GANDIN, Danilo; GANDIN, Luís Armando. **Temas para um Projeto Político Pedagógico**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GAZZOLA, Tranquillo. A Missão da Universidade: a polêmica de cada época. In: GROLLI, Dorilda; AZAMBUJA, Maria Lúcia F.; GAZZOLA, Tranquillo. **O Professor, o Aluno e a Investigação em Sala de Aula**. Porto Alegre: Evangraf, 2004. P. 13-36

GUIMARAES, José Augusto Chaves. Pesquisa discente em Biblioteconomia no Brasil: elementos para uma política em cursos de graduação. **Transinformação**, Campinas, v.14, n.1, p.55 - 62, 2002.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Moderno Profissional da Informação: elementos para sua formação no Brasil. **Transinformação**, Campinas, v.9, n.1, p.124-137, jan./abr. 1997.

MACIAS-CHAPULA, C. A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 134-140, maio/ago. 1998.

MCROBERTS, M. H.; MCROBERTS, B. R. Problems of citation analysis: a critical review. **Journal of the American Society for Information Science**, Maryland, v. 40, n.5, p.342-349, 1989.

MEADOWS, Arthur Jack. **A Comunicação Científica**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1999.

MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Iza Martins. **Por que Planejar? Como Planejar?:** currículo – área – aula: escola em debate. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. (Org.). **Currículo: questões atuais**. 4. ed. Campinas: Papirus, 2000.

MOREIRA, Marco Antonio. **Ação docente na Universidade:** textos relativos a componentes básicos do ensino. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1983. (Texto para discussão/11).

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MOSTAFA, Solange Puntel. Citações Epistemológicas no Campo da Educomunicação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 8, n. 24, p. 15-28, 2002.

MOSTAFA, Solange Puntel; MARTINS, Sonia S. C.; Picelli, Silvia. Objetivos Educacionais nos Planos de Disciplinas do Curso de Mestrado em Biblioteconomia da PUCCAMP (1977-1987). **Transinformação**, Campinas, v.1, n.3, p. 109-119, set./dez. 1989.

MOURA, Ana Maria Mielniczuk de; AZEVEDO, Ana Maria Ponzio de; MEHLECKE, Querte. As teorias de aprendizagem e os recursos da Internet auxiliando o professor na construção do conhecimento. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ENSINO A DISTÂNCIA, 8., 2001, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: ABED, 2001. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2001/index.html>>. Acesso em: 04 out. 2001.

NASTRI, Rosemeire Marino. Formação profissional do bibliotecário no Brasil, sob perspectiva histórico-educacional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 25, n. 3 / 4, p. 79-96, jul./dez. 1992.

NOGUEIRA, Eliete Jussara; PILÃO, Jussara Moreira. **O construtivismo**. São Paulo: Loyola, 1988. 109 p.

OHIRA, Maria de Lourdes B.; SOMBRIO, M. L. L. N.; PRADO, Noêmia Schoffen. Periódicos Brasileiros Especializados em Biblioteconomia e Ciência da Informação: evolução. *Encontros Bibli: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, n.10, out.2000, Disponível em: http://www.encontros-bibli.ufsc.br/Edicao_10/lurdinha.htm Acesso em: 15 nov. 2004.

OHIRA, Maria de Lourdes B. et al. Alteração Curricular do Curso de Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. **Transinformação**, Campinas, v.14, n.1, n.esp., p.71-82, jan./jun. 2002.

OLIVE, Arabela Campos. Histórico da Educação Superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana Arrosa. (Coord.). **A Educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

PANIZZI, Wrana Maria. A Procura de Nosso Necessário Lugar Fora do Poder. In: MORHY, Lauro. (Org). **Universidade em Questão**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2003. P. 245-258.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as Competências desde a Escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERRENOUD, Philippe. **10 Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

RODRIGUES, Juliano de Lima. **As monografias do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**: um estudo de citações. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

SANTOS, Jussara Pereira. **O ensino de Biblioteconomia no Brasil**: propostas de integração e harmonização curricular. São Paulo: APB, 1997. 10 f. 27/05/2004

SANTOS, Jussara Pereira. **Os currículos dos cursos de biblioteconomia brasileiros**: referencial histórico e tendências futuras. San Juan: Universidade de Porto Rico, Faculdade de Estudos de Pos-Graduacao em Bibliotecologia e Informatica, 1996. [15] f. : il.

SANTOS, Jussara Pereira. **Reflexões sobre Currículo e Legislação na Área de Biblioteconomia**. Porto Alegre: ABEED, 1998. (Documentos ABEED, 14).

SANTOS, Jussara Pereira; NEVES, Iara Conceição Bittencourt. **A Formação do Moderno Profissional da Informação**: relatório técnico do V Encontro Nacional de Ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Porto Alegre: ABEED, 1998.

SANTOS, Raimundo N. M. Produção Científica: por que medir ? O que medir? **Revista Digital da Biblioteconomia e da Ciência da Informação**, Campinas, v.1, n.1, p.22 - 38, 2003.

SANTOS, Vanda Maria Domingues. **Projeto Político Pedagógico**: desafios e conquistas na caminhada. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

SANZ CASADO, Elias. **Manual de Estudos de Usuários**. Madrid, Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1994.

SCHNEIDER, Marilda Pascoal. **Projeto Político Pedagógico e Pesquisa**: uma nova escola. Videira: Ed. da UNOESC, 2001.

SILVEIRA, Italia Maria Falceta da. **A Renovação Necessária**: reflexões sobre o curso de Biblioteconomia da UFRGS. São Paulo: ENEBCI, 1992.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **O Ensino de Biblioteconomia no Contexto Brasileiro**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990.

STUMPF, Ida Regina Chitto. **Revistas universitárias**: projetos inacabados. 1994. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes. Curso de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. São Paulo, 1994.

TARAPANOFF, Kira. Sociedade da informação e inteligência em unidades de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 91-100, set/dez. 2000.

TARAPANOFF, Kira. **Perfil do Profissional da Informação no Brasil**. Brasília: IEL/DF, 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Pró-Reitoria de Graduação. **Currículo [do] Curso [de] Biblioteconomia**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/prograd>> Acesso em: 03 junho 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Conhecendo a Universidade**: histórico. Porto Alegre, [200?]. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/universidadeviva/web2/conhecendo/index.htm> Acesso em: 03 junho 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Comissão de Graduação em Biblioteconomia. **Curso de biblioteconomia da UFRGS**: currículo 2000. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Departamento de Biblioteconomia e Documentação. **Estudo comparativo de currículos de cursos de biblioteconomia**. [Porto Alegre]: Ed. da UFRGS, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Departamento de Biblioteconomia e Documentação. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Biblioteconomia. **Avaliação do curso de biblioteconomia da UFRGS**: contexto, entrada, processo e produto. Porto Alegre: Nebi, 1986.

VALENTIM, Marta Lúgia Pomim; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Diretrizes Políticas e Estratégicas para a Formação Docente voltadas à Pesquisa e a Extensão: Brasil. **Transinformação**, Campinas, v.14, n.1, p.29-39, jan./junho 2002.

VALIO, Else Benetti M.; PELOSO, Ana Lpucia V.; MENEZES, Estera M. Avaliação nos Planos de Disciplina da Pós-Graduação em Biblioteconomia da PUCCAMP (1077/1987). **Transinformação**, Campinas, v.2, n.1, p.85-98, jan./abr. 1990.

VANZ, Samile Andrea de Souza. **A Produção discente em comunicação**: análise das citações das dissertações defendidas nos programas de pós-graduação do Rio Grande do Sul. 2004.

VANTI, Nadia Aurora Peres. Da bibliometria a webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v.31, n.2, maio/ago. 2002. Disponível em: Acesso em: 01 maio 2004.

VARELA, Júlia; ALVAREZ-URIA, Fernando. A maquinaria escolar. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 6, p.68-96, 1992.

ANEXO

Diretrizes Curriculares para os Cursos de Biblioteconomia

DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA Parecer CNE/CES 492/2001 de 03 Abril de 2001

Diretrizes Curriculares

1. Perfil dos Formandos

A formação do bibliotecário supõe o desenvolvimento de determinadas competências e habilidades e o domínio dos conteúdos da Biblioteconomia. Além de preparados para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, produzir e difundir conhecimentos, refletir criticamente sobre a realidade que os envolve, buscar aprimoramento contínuo e observar padrões éticos de conduta, os egressos dos referidos cursos deverão ser capazes de atuar junto a instituições e serviços que demandem intervenções de natureza e alcance variados: bibliotecas, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural etc.

As IES poderão acentuar, nos projetos acadêmicos e na organização curricular, características do egresso que, sem prejuízo do patamar mínimo aqui considerado, componham perfis específicos.

2. Competências e Habilidades

Dentre as competências e habilidades dos graduados em Biblioteconomia enumeram-se as típicas desse nível de formação.

A) Gerais

- gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los;
- formular e executar políticas institucionais;
- elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos;
- utilizar racionalmente os recursos disponíveis;
- desenvolver e utilizar novas tecnologias;
- traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação;
- desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres;
- responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo.

B) Específicas

Interagir e agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação, em todo e qualquer ambiente;

- Criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação;
- Trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza;
- Processar a informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação;
- realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação.

3. Conteúdos Curriculares

Os conteúdos dos cursos distribuem-se em conteúdos de formação geral, destinadas a oferecer referências cardeais externas aos campos de conhecimento próprios da Biblioteconomia e em conteúdos de formação específica, que são nucleares em relação a cada uma das identidades profissionais em pauta.

De caráter propedêutico ou não, os conteúdos de formação geral envolvem elementos teóricos e práticos e têm por objetivo o melhor aproveitamento dos conteúdos específicos de cada curso.

Os conteúdos específicos ou profissionalizantes, sem prejuízo de ênfases ou aprofundamentos programados pelas IES, têm caráter terminal. Constituem o núcleo básico no qual se inscreve a formação de bibliotecários.

O desenvolvimento de determinados conteúdos como a Metodologia da Pesquisa ou as Tecnologias em Informação, entre outras – poderá ser objeto de itens curriculares formalmente constituídos para este fim ou de atividades praticadas no âmbito de uma ou mais conteúdos.

Recomenda-se que os projetos acadêmicos acentuem a adoção de uma perspectiva humanística na formulação dos conteúdos, conferindo-lhes um sentido social e cultural que ultrapasse os aspectos utilitários mais imediatos sugeridos por determinados itens.

As IES podem adotar modalidades de parceria com outros cursos para:

- ministrar matérias comuns;
- promover ênfases específicas em determinados aspectos da carreira;
- ampliar o núcleo de formação básica;
- complementar conhecimentos auferidos em outras área.

4. Estágios e Atividades Complementares

Mecanismos de interação do aluno com o mundo do trabalho em sua área, os estágios serão desenvolvidos no interior dos programas dos cursos, com intensidade variável segundo a natureza das atividades acadêmicas, sob a responsabilidade imediata de cada docente. Constituem instrumentos privilegiados para associar desempenho e conteúdo de forma sistemática e permanente.

Além disso, o colegiado do curso poderá estabelecer o desenvolvimento de atividades complementares de monitoria, pesquisa, participação em seminários e congressos, visitas programadas e outras atividades acadêmicas e culturais, igualmente orientadas por docentes (de preferência em regime de tutoria) a serem computadas como carga horária.

5. Estrutura do Curso

A estrutura geral do curso de Biblioteconomia deverá ser definida pelo respectivo colegiado, que indicará a modalidades de seriação, de sistema de créditos ou modular.

6. Avaliação Institucional

Os cursos deverão criar seus próprios critérios para a avaliação periódica, em consonância com os critérios definidos pela IES à qual pertence, incluindo aspectos técnico-científicos, didático-pedagógicos e atitudinais.

APÊNDICE
Instrumento de Coleta de Dados